

# REVISTA DE SEGUROS

• COP29: CNSEG COLOCA SEGURO EM DESTAQUE NOS DEBATES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM BAKU

• EXCLUSIVO: MARINA SILVA DISCUTE TRANSIÇÃO CLIMÁTICA E PLANOS PARA A COP30 NO BRASIL

• BILHÕES PARA JOGO: SETORES DE FERROVIAS E PETRÓLEO PLANEJAM INVESTIMENTOS EM EXPANSÃO



**Aumento da longevidade  
redesenha desafios e  
demandas para o País**





## SOLUÇÕES DA CNSEG PARA O MERCADO SEGURADOR

**Infraestrutura de ponta,**  
segura, robusta e  
sustentável;

Ferramentas de busca,  
filtros e personalização na  
**entrega de dados;**

**+ 140 clientes** com  
soluções específicas para  
cada ramo do seguro;

**Dados do mercado** segurador  
compartilhados e consolidados em  
um data lake, com série histórica e  
dashboards interativos com a  
visão de mercado;

Soluções com informações  
preditivas baseadas em **Machine  
Learning, IA e Data Analytics;**

**Equipe de especialistas dedicados**  
para atendimento, conforme a  
necessidade da associada;

Atualização **em tempo real** de  
dados nos sistemas;

**Governança e compliance**  
em relação à regulação, em  
conformidade com a LGPD;

Soluções que previnem,  
identificam e **combatem fraudes**  
e outras irregularidades.

Saiba mais:



Entre em contato:  
[comercial@cnseg.org.br](mailto:comercial@cnseg.org.br)



# 06

## ENTREVISTA

A ministra Marina Silva destaca as ações mais relevantes da pasta que comanda para ampliar a resiliência diante das mudanças do clima e avalia os desafios da transição climática e a importância da COP30 no Brasi em 2025.



# 34

## INFRAESTRUTURA

O plano de elevar para 34% a participação das ferrovias na matriz logística nacional vai puxar a demanda de seguro de transporte ferroviário de cargas, além de atrair novos players para o setor.



# 20

## PETRÓLEO

O Brasil deve se tornar o quinto maior produtor mundial de petróleo em 2030, quando chegará a 5,3 milhões de barris por dia. Esse recorde da indústria nacional vai se converter em negócios para a carteira de Riscos de Petróleo.



# 10

## LONGEVIDADE

Em média, a geração 60+ recebe o reforço de um milhão de brasileiros por ano, tornando o envelhecimento da população um fato consumado. Em 2030, os idosos vão representar 20% da pirâmide. Como acolhê-los?

# 26

## ECONOMIA

Copom deve manter os juros da taxa Selic em alta para esfriar a demanda aquecida pelo recorde de pessoas ocupadas, o que pode resultar em uma inflação acima da meta para a economia brasileira em 2025.

# 38

## COM A PALAVRA...

As empresas do mercado segurador fazem crescentes investimentos em inovação. Em 2023, cerca de R\$ 8,8 bilhões foram aplicados por grupos que representaram 55,5% da receita anual.

# 18

## ELEIÇÕES EUA

A era Trump deve atacar o relacionamento Brasil-China em seu script para conter a ameaça de o país asiático tornar-se a maior economia do planeta nas próximas décadas. Dólar volátil é outro problema para o Brasil.

# 30

## PIRATARIA EM RIOS

Projeto para aumentar a reclusão de quadri-lhas, escolta armada e bases flutuantes da Polícia Militar são respostas para conter o severo avanço dos ataques de piratas a cargas nos rios amazônicos.





Confederação Nacional das Empresas  
de Seguros Gerais, Previdência Privada e  
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

#### **PRESIDENTE**

Roberto de Souza Santos

#### **1º VICE-PRESIDENTE**

Ivan Luiz Contijo Junior

#### **VICE-PRESIDENTE**

Luciano Soares e Pablo dos Santos Meneses

#### **VICE-PRESIDENTES NATOS**

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,  
Denis dos Santos Moraes, Edson Luis Franco e Manoel  
Antonio Peres

#### **DIRETOR-PRESIDENTE**

Dyogo Oliveira

#### **DIRETORES**

Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo  
Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da  
Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder  
Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke  
Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas  
Velloso dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão,  
Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

#### **REVISTA DE SEGUROS**

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

#### **EDITORIA-CHEFE**

Carla Simões - Jornalista 27138

#### **EDITORES EXECUTIVOS**

Clovis Horta e Vagner Ricardo

#### **EDITOR DE IMAGEM**

Kleber Batista Mattoso

#### **ORIENTAÇÃO EDITORIAL**

Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo  
Lins, Glauce Carvalhal

#### **COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Via Texto Agência de Comunicação

#### **COLABORADORES**

Adriana Chiarini, Célia Perrone, Cláudio Henrique,  
Fernanda Thurler, Gabriel Oliven, Olga de Mello, Tiago  
Pegon e Vagner Ricardo

#### **FOTOGRAFIA**

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens  
Google, CBJ, COB, divulgação de empresas e Wagner  
Carmo CBA.

#### **PROJETO GRÁFICO**

Lemon Comunicação & Conteúdo

#### **DESIGNER DA CAPA**

Kleber Batista Mattoso

#### **DIAGRAMAÇÃO**

Agência Eclipse

#### **REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA**

Superintendência Executiva de Comunicação e  
Marketing da CNseg  
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro  
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777  
<https://revistadeseguros.cnseg.org.br/>  
E-mail: [claudiamara@cnseg.org.br](mailto:claudiamara@cnseg.org.br)  
Escritório CNseg/Brasília  
SCN/Quadral/Bloco C  
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

#### **PERIODICIDADE**

Trimestral

#### **CIRCULAÇÃO**

Digital: 4.000 destinatários  
Impressa: 2.000 destinatários

● **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

**Quer receber  
as principais  
ações e  
notícias sobre  
o setor de  
seguros?**



**Aponte o seu celular  
para se cadastrar no  
WhatsApp da CNseg**





## O PAPEL DO SEGURO EM MEIO A DESAFIOS DA LONGEVIDADE E DA SEVERIDADE DOS EXTREMOS CLIMÁTICOS

**D**esafios complexos acompanham a conquista da longevidade entre os brasileiros. Falta de investimento em mobilidade urbana, saúde, representatividade inadequada na mídia, além do poder de compra dos idosos, são alguns dos temas da matéria de capa desta edição da *Revista de Seguros* sobre os 60+. Especialistas apresentam insights valiosos sobre políticas públicas que precisam ser criadas e para os cidadãos que, o mais tardar em 10 ou 20 anos, estarão no clube dos 60+. Desde já, esse grupo de meia idade precisa cuidar da saúde física, mental e financeira, para permanecer distante das dores do envelhecimento sem amparo ou proteção. Confira!

As mudanças climáticas, o meio ambiente, as ações para mitigar os extremos do clima e o papel das seguradoras na transição para uma economia verde são assuntos presentes nesta edição e distribuídos em duas reportagens especiais.

Uma é a entrevista exclusiva à *Revista de Seguros* concedida pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que detalha as principais ações preparadas para a COP30, que ocorrerá no Brasil em novembro de 2025. Além de uma capital amazônica como sede do evento (Belém), para uma convivência provavelmente inédita dos líderes globais com a floresta e seu povo, a pauta de debates

incluirá a bioeconomia, abordada no G20, avaliará propostas das últimas conferências e validará novas ações para frear o aquecimento global.

Já a reportagem da COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, destaca o esforço institucional da CNseg para incluir o mercado segurador (local e mundial) entre os atores capazes de promover ações efetivas e assertivas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, via cobertura de seguros, e financiar projetos sustentáveis, via recursos garantidores.

Nas outras páginas, a edição trata de conjuntura econômica, geopolítica e investimentos em três reportagens distintas. Especialistas avaliam o provável comportamento da economia brasileira e suas principais variáveis, como Selic e taxa de câmbio e PIB, no próximo ano.

Outros discutem os impactos para o Brasil da volta de Trump ao comando dos Estados Unidos. Neste caso, o consenso é que presidente eleito tentará enfraquecer e o fortalecimento das relações comerciais entre China e Brasil, principal parceiro comercial do país asiático. Volatilidade dos mercados é outra consequência da era Trump.

Na parte de investimentos, destaque para dois setores estratégicos: ferrovias e petróleo, com provável salto dos negócios das seguradoras que oferecem coberturas para os dois setores.

O que se diz é que os seguros de transporte ferroviário no Brasil deverão dobrar de tamanho nos próximos anos, impulsionado pela modernização e expansão da malha ferroviária. O Governo Federal investirá R\$ 94 bilhões até 2026, por meio do novo PAC, ampliando os atuais 29,8 mil quilômetros de trilhos e reativando trechos ociosos. A meta é aumentar a participação das ferrovias na matriz logística nacional de 21% para 34%, atendendo à crescente demanda dos setores agrícola e de mineração. Um acréscimo de mais de 12 mil novos quilômetros de trilhos em 19 estados, além de requerimentos para mais 22 mil quilômetros, representará R\$ 295 bilhões em investimentos.

As movimentações da indústria de petróleo e gás também merecem atenção. O Brasil vive uma nova corrida pelo petróleo, com previsão de crescimento contínuo na produção até 2030, alcançando 5,3 milhões de barris por dia, um aumento de 77% em relação a 2023, posicionando o País como o quinto maior produtor mundial. Contudo, a partir de 2031, projeta-se uma redução gradativa devido ao envelhecimento dos poços do pré-sal e à ausência de novas grandes descobertas. A produção é estimada em 4,4 milhões de barris/dia até 2034.

Boa leitura!

# COP30 E OUTROS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE

**O**s preparativos para a COP30, a ser realizada no País no próximo ano, a retomada das doações ao Fundo Amazônia e os futuros passos da bioeconomia — tema este de discussão no G20, ocorrido no Rio de Janeiro, em novembro —, são alguns dos assuntos comentados pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em entrevista exclusiva dada à Revista de Seguros. A COP30 servirá também para avaliar a execução das propostas aprovadas nas duas últimas COPs e, ainda, validar novas iniciativas para barrar o avanço da temperatura do planeta. O papel das seguradoras em um ambiente de caos climático, o desmatamento e seu combate no País e o Plano de Transformação Ecológica, que reunirá dezenas de iniciativas até a COP30 para discussão, são outros tópicos alinhados com o propósito de transformar o País numa potência da economia verde.

*Como a sra. avalia a participação brasileira na COP28, realizada em Dubai no fim de 2023? Os objetivos foram atingidos?*

**Marina Silva** — As convenções da ONU deliberaram por consenso absoluto, isso dá força às decisões, mas, ao mesmo tempo, demanda negociações muito longas, quando envolve temas globais. No caso da Convenção do Clima, a dinâmica das negociações prevê a continuidade do debate sobre mecanismos de implementação das decisões, como, por exemplo, a doação de repasses anuais dos países ricos para que os países em desenvolvimento enfrentem os efeitos da emergência climática. É uma decisão do Acordo de 2015 que ainda não foi cumprida. Enquanto isso, a indústria petroleira, principal contribuinte das emissões de GEE, mobiliza investimentos anuais entre US\$ 4 a US\$ 6 trilhões. Porém, a COP28 de Dubai foi marcante por alguns motivos: foi aprovada a candidatura do Brasil para sediar a COP30; pela primeira vez, os combustíveis fósseis foram tratados no âmbito da Convenção do Clima e, entre os objetivos globais, há o compromisso dos países em eliminar os combustíveis fósseis e alcançar a neutralidade climática até 2050; por fim, houve a aprovação do Relatório de Balanço do Acordo

de Paris, que demonstrou a gravidade da crise climática e a necessidade de os países cumprirem seus compromissos climáticos em dois trilhos: cortes de emissões e ajuda às nações em desenvolvimento, o que originou o documento “Missão 1,5°C”.

*Olhando para a COP 29, que foi realizada em novembro no Azerbaijão, o que o Ministério levou de projetos e discussões? O evento foi uma espécie de preparatória para a edição de 2025, em Belém?*

Em fevereiro deste ano, tivemos uma reunião com os Emirados Árabes e o Azerbaijão, da qual resultou a decisão de implementar o acordo da COP28 por meio da “Missão 1,5°C”, garantindo continuidade entre as edições 28, 29 e 30 da COP. O esforço é fazer a conexão entre meios de implementação e modelos de desenvolvimento cada vez mais resilientes e de baixo carbono.

*Como está o planejamento e a estruturação da COP30 e quais serão as linhas de discussão do evento? Com a Região*



***Norte sediando o encontro, haverá mais doações ao Fundo Amazônia nos próximos anos?***

A preparação da COP30 desdobra-se na questão logística da cidade de Belém para recepcionar os países-membros da Convenção do Clima e suas delegações, que são da alçada do país anfitrião. Temos trabalhado em sintonia com o Governo do Pará e criamos um Grupo de Trabalho, coordenado pela Casa Civil com participação do MMA, que se dedicará a esses preparativos desde o primeiro semestre de 2025. As linhas de discussão se darão em torno de mitigação, adaptação à emergência climática e transformações necessárias para cumprir a meta do Acordo de Paris, além de desenhar o mapa do caminho para a neutralidade climática até 2050. A escolha de uma capital amazônica para receber as 198 nações da Convenção do Clima é importante para que os líderes mundiais tenham contato e experiências com a floresta, os rios, os povos e a Amazônia urbana, representada por Belém. O presidente Lula também tem se manifestado sobre recepcionar os líderes dos países na região e oferecer

***“A escolha de uma capital amazônica para receber a COP30 é importante para que os líderes mundiais tenham contato com a floresta, os rios e os povos.”***

a eles a oportunidade não apenas de ouvir, mas também de ver e sentir a Amazônia.

***O MMA está na linha de frente da Iniciativa Global de Bioeconomia do G20. Por que a bioeconomia é vista como estratégica?***

A bioeconomia é estratégica porque, diferentemente da economia tradicional, é um sistema econômico que utiliza recursos biológicos renováveis para produzir bens, serviços e energia de forma sustentável e eficiente. Em um planeta que está vivendo seus limites, é estratégico buscar ciclos econômicos que contribuam para manter a geração de riquezas vigorosa e com uma distribuição mais justa. O Brasil investiu fortemente na discussão da bioeconomia no G20, que resultou na definição de princípios de alto nível sobre o tema. Mas, além dessa ação no nível conceitual, trabalhamos no apoio e no financiamento de cadeias produtivas que usam sustentavelmente a biodiversidade brasileira, com suporte de pesquisa e inovação, ordenamento jurídico e valorização do conhecimento das populações tradicionais sobre os princípios ativos manejados ancestralmente por essas populações.

***O Brasil vai ser a sede da COP30 no ano seguinte ao G20 no País. De que forma esses encontros podem materiali-***

*A bioeconomia é um sistema econômico que utiliza recursos biológicos renováveis para produzir bens, serviços e energia de forma sustentável e eficiente.”*



#### *zar ações em prol da mitigação das mudanças climáticas?*

São eventos naturalmente complementares, que se retroalimentam. Os acordos do G20 exigem tomadas de decisão mais dinâmicas, por ser um grupo menor — porém, os temas convergem e os desafios e as soluções estratégicas também. Por exemplo, as soluções para o uso sustentável da biodiversidade, a proteção das florestas e a inclusão dos povos e comunidades tradicionais, guardiães históricos da biodiversidade ao longo do planeta, são soluções transversais às discussões de ambos os eventos, e essa agenda tem impacto estruturante na mitigação das mudanças climáticas.

*Considerado a maior iniciativa de redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal (REDD+) do mundo, o Fundo Amazônia atingiu R\$ 1,3 bilhão para projetos e chamadas públicas em 2023, um recorde de recursos depois de quatro anos sem aprovação de novas ações. Ao que se deve essa retomada e quais os projetos mais relevantes no uso desses recursos?*

A imprensa noticiou largamente, ao final de 2022, que os doadores tradicionais do Fundo Amazônia consideravam haver a retomada na credibilidade do País para o uso correto das doações, bem como a adesão de novos doadores. O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), que eu presido como ministra do MMA, aprovou, em julho de 2023, as diretrizes para financiamento de projetos. Foram considerados os diagnósticos sobre o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia — (PPDAm) e no Cerrado — PPCerrado; os investimentos estratégicos para chegar ao desmatamento zero até 2030 e as prioridades para a atuação do Fundo até julho de 2025. As diretrizes de financiamento contemplam sete itens: promover a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva; avançar na destinação para conservação, recuperação e uso sustentável das florestas públicas; resgatar e fortalecer o Cadastro Ambiental Rural; firmar parcerias com estados e municípios na governança ambiental; promover a regularização fundiária e ambiental; apoiar atividades produtivas sustentáveis por meio da promoção

de oportunidades e instrumentos econômicos para reduzir o desmatamento ilegal; e manter os esforços concentrados necessários à realização da COP30, em 2025.

#### *Como está a estruturação do fundo e o que o MMA espera que contribua nesse processo de transição climática?*

O Mecanismo Floresta Tropicais para Sempre (TFFF) é um fundo de investimento que visa mobilizar recursos de fontes públicas e privadas em grande escala para remunerar os países tropicais pela manutenção e expansão da cobertura florestal nativa, com pagamentos fixos e previsíveis. É um mecanismo de investimento que pagaria as nações tropicais por desempenho — medido por meio de sistemas de monitoramento de alta confiabilidade. No Brasil, o TFFF é um processo que vem sendo conduzido em conjunto com dois grupos de países: os florestais, potencialmente elegíveis para acesso ao recurso, como é o caso de Colômbia, Ghana, Indonésia, Malásia e Congo e alguns países investidores, como Alemanha, França, Noruega, Reino Unido, Emirados Árabes e Estados Unidos.



***“As seguradoras têm papel relevante na transição para uma nova economia e na adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, protegendo e reduzindo danos.”***

***O Plano de Transformação Ecológica planeja reunir dezenas de iniciativas até a COP30. O País pode se tornar o centro da economia verde, com desenvolvimento sustentável e combate à desigualdade? O setor de seguros pode ser um agente de apoio a estas ações?***

O Plano é uma medida frente ao modelo econômico que se caracteriza pelo uso intensivo de recursos naturais, expressiva emissão de gases de efeito estufa e degradação do meio ambiente com a concentração de resultados financeiros em benefício de uns poucos e uma larga distribuição dos prejuízos ambientais, impacto na saúde e o peso da emergência climática. É um contexto que exige comprometimento com a democracia, a ética e a justiça social. As linhas de atuação do Plano significam aproveitar de forma sustentável e inclusiva as vantagens comparativas do País, valendo-se de inovação tecnológica, infraestrutura adequada à conservação dos ativos naturais e aproveitamento das fontes de energias renováveis e da riqueza de sua biodiversidade, como top no ranking mundial.

O setor de seguros está dentro das possibilidades de atuação da sociedade nesse esforço, pois as soluções governamentais são orientadas para recepcionar a parceria com setores da sociedade e se submeter também e com transparência nossas ações ao controle social. Ademais, em virtude dos crescentes episódios causados pelos extremos climáticos, as seguradoras têm papel relevante na transição para uma nova economia e na adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, protegendo e reduzindo danos materiais resultantes deste processo.

***Sobre o mercado regulado de carbono e a criação de uma taxonomia sustentável, quais iniciativas poderão se materializar?***

O Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira — (CITSB) tem um Comitê Consultivo com representantes da academia, setores de produção econômica e do sistema financeiro, organização sindical, movimento social e terceiro setor, para que as categorias e as normas da taxonomia reflitam a dinâmica viva das atividades da sociedade no campo econômico e os interesses e perspectivas de seus atores

sociais. É dessa interação entre os Comitês que surgirão as propostas a serem recepcionadas nas instâncias decisórias e no corpo jurídico da Taxonomia. Neste momento, a expectativa é que tão logo os dois instrumentos estejam vigentes, tenhamos um ambiente de segurança jurídica para construir um ambiente de negócios com instrumentos institucionais e confiáveis para que o setor privado possa participar dos esforços de enfrentamento da emergência climática.

***Como o MMA vem enfrentando o controle do desmatamento e a reestruturação de instituições ambientais?***

As condições naturais desta estação do ano somam-se as condições alteradas pela emergência climática, como seca, ventos, biomassa disponível e alteração nos índices de umidade das florestas, o que faz surgir um tipo de desmatamento criminoso, que são os incêndios intencionais que causam prejuízo para a cobertura vegetal natural, os plantios, a fauna, a saúde das pessoas e a economia em geral. O MMA, outros ministérios, os governos federal, estaduais e municipais têm enfrentado o fogo com brigadistas, aviões e maquinário terrestre, além de investigações da Polícia Federal. Temos trabalhado nos planos de prevenção e controle do desmatamento nos biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. O arranjo institucional desses planos envolve até 19 pastas ministeriais sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Além dos projetos especiais, há a fiscalização do Ibama e do ICMBio nas Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas.

No que diz respeito à reestruturação institucional, foi publicada a nova estrutura do Ibama e, em breve, do ICMBio e do próprio MMA. Fizemos contratações do cadastro de reserva para o MMA, ICMBio e Ibama, no primeiro semestre, e foram aprovados novos concursos para o Ibama, o ICMBio e o Jardim Botânico, tanto em 2024 quanto em 2025. A reestruturação das instituições da área ambiental e a ampliação da capacidade de trabalho delas são formas de agilizar o cumprimento das missões institucionais respectivas e, portanto, de enfrentar o desmatamento com maior efetividade.

---

# ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE INCLUSIVA

*Segundo o IBGE, o País ganhou um milhão de idosos por ano entre 2010 e 2022, associando a velocidade do envelhecimento às desigualdades financeira e social.*

---

**É** fato consumado que o envelhecimento da população brasileira acontece a passos largos em variadas classes sociais e diversas regiões do País, e isso leva a diferentes tipos de envelhecimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2050, um em cada quatro habitantes terá mais de 60 anos. No Censo de 2010 eram 20 milhões e, em 2022, saltaram para 32 milhões. Nesse curto período, o País ganhou um milhão de idosos por ano.

Por outro lado, na ponta extrema da pirâmide, havia 46 milhões de crianças e adolescentes no País, em 2010, número que diminuiu para 40 milhões em 2022. “A conta é negativa. É como se o Brasil perdesse meio milhão de crianças por ano. Para cada adolescente que completa 15 anos, deveria haver um nascimento e não é o que acontece”, explica Gleisson Rubin, diretor do Instituto de Longevidade MAG.

Para o médico gerontólogo e presidente do Centro Internacional de Longevidade (ILC, na sigla em inglês), Alexandre Kalashe, o processo

está extremamente rápido no Brasil. “A França levou 149 anos, ou sete gerações, para dobrar o tamanho da população idosa. O Brasil fez o mesmo processo em apenas uma geração. Em 2010, os idosos representavam 10%, em 2030, serão 20%”, informa.

“Estamos envelhecendo com uma tremenda desigualdade, 83% dos idosos dependem do Sistema Único de Saúde (SUS). O jovem de 35 anos tem que se dar conta de que daqui a 25 anos terá 60. Quanto antes cuidar da atividade física e financeira, melhor. Mas quem tem 60 anos também pode começar a se cuidar nesta idade e, ainda assim, estará no lucro”, exemplifica.

Kalashe e Rubin concordam que a longevidade tem que ser tratada de maneira transversal e conjunta por toda a sociedade. O setor público precisa estar mais atento para implementar as políticas públicas e a organização social das cidades, além de promover campanhas de conscientização para a população contra o idadismo.

“A sociedade toda precisa estar atenta: tem que ‘cair a ficha’ do Governo e da popu-

***“Estamos envelhecendo com uma tremenda desigualdade, 83% dos idosos dependem do SUS. O jovem de 35 anos tem que se dar conta de que daqui a 25 anos terá 60”.***

Alexandre Kalashe, ILC

---

lação, perceber que estamos envelhecendo, e o País já não é mais jovem. O quanto antes se preocupar em implementar políticas públicas e saúde física, mental e financeira, melhor será”, afirma Kalashe.



## ● ● ● IDADISMO

O idadismo ou velhofobia, como o próprio nome diz, é a discriminação e o preconceito contra pessoas com base na idade. Esse fenômeno se manifesta de diversas formas no Brasil, afetando a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Com a expectativa de vida aumentando, é crucial repensar como a sociedade brasileira valoriza e integra seus idosos. Estigmas relacionados à velhice ainda permeiam o cotidiano, desde a desvalorização do trabalho e das experiências acumuladas até a exclusão social e a falta de políticas públicas adequadas.

“Nenhum país está imune ao idadismo, mas aqui no Brasil, especialmente, o homem não se vê velho ou envelhecendo. Isso reflete o machismo que é ensinado ao menino desde pequeno, de que tem que ser invencível”, explica Kalashe.

Segundo ele, esse grupo masculino é supremacista e maioria na política e na direção de empresas, resiste à velhice e, por isso, a discussão não avança. “O problema é estrutural,

institucionalizado e passa pelo interpessoal. As plataformas dos partidos políticos sequer o mencionam ou têm propostas para solucionar isso”, alerta.

O médico conta que, quando faz palestras, se apresenta como velho e não como professor de Oxford e diretor do Programa Global de Envelhecimento da Organização Mundial de Saúde, que criou o “Age Friendly Cities”, adotado em cidades que são modelos de qualidade de vida, como Barcelona, Lisboa e Toronto. “Gosto de falar de cara que sou velho e que tenho orgulho das minhas rugas. Envelhecer é bom, morrer cedo é que é ruim”, completa.

Para Gleisson Rubin, viver mais é um objetivo desejável, mas garantir qualidade de vida e estabilidade financeira nessa fase da vida requer planejamento e escolhas conscientes. “É preciso ter consciência e poupar enquanto ainda se está na vida ativa. O tema longevidade diz respeito também aos jovens, que deveriam começar a conquistar a independência financeira assim que saíssem dos bancos escolares”, recomenda.

*“Na medida que ganhamos mais anos de vida, precisamos pensar em como nos manter. Senão, teremos a boa notícia anulada pela má notícia de não ter dinheiro para viver.”*

Gleisson Rubin, MAG

O diretor da MAG acrescenta que a longevidade saudável é correlata à longevidade financeira. “Na medida que estamos ganhando mais anos de vida, e isso é uma boa notícia, precisamos pensar em como nos manter durante esse período. Senão, teremos a boa notícia anulada pela má notícia de não ter dinheiro para viver”, alerta.

O público-alvo do Instituto de Longevidade, que ele comanda, visa ao público 50+ nos seguintes pilares:

**Saúde:** hábitos que favoreçam o cuidado preventivo e o retardamento de doenças, assim como formação de profissionais que atendam a essa faixa etária — há um déficit de 28 mil geriatras no país, temos apenas dois mil e só 10% das faculdades de medicina tem a disciplina.

**Cidades:** acessibilidade de calçadas, transporte público, edifícios adaptados, espaços para convivência.

**Social:** a socialização e o aprendizado contínuo são vitais para a saúde mental e emocional. Participar de grupos comunitários, realizar cursos ou atividades de voluntariado pode manter a mente ativa e proporcionar conexões significativas. Além disso, o envolvimento em novas experiências e o cultivo de *hobbies* podem trazer satisfação e propósito à vida.

**Comportamento:** conscientizar a sociedade brasileira da visão estereotipada, que, assim como muitas outras, valoriza a juventude, associando-a à beleza, vitalidade e inovação. Essa

idealização da juventude marginaliza os mais velhos. Muitos idosos enfrentam estigmas, como a ideia de que são incapazes ou menos produtivos. Isso leva à exclusão social e à desconsideração de suas experiências e conhecimentos.

**Trabalho:** a baixa representação de idosos em mídias, cargos de liderança e espaços de decisão reforça a imagem de que suas vozes não são relevantes, perpetuando a marginalização. É neces-

sário que mais empresas adiram ao programa *age friendly*. Estas adotam práticas políticas que favorecem a inclusão de trabalhadores mais velhos como flexibilidade, políticas que combatem a discriminação etária e promovem a diversidade, mentoria que permitem que funcionários mais experientes compartilhem seu conhecimento com os mais jovens.

**Finanças:** viver mais e melhor requer planejamento financeiro, especialmente em uma

economia instável como a brasileira. É necessário educação financeira por meio de cursos, livros e consultorias que ensinem economia doméstica e investimentos. Assim a pessoa vai ter instrumentos para aplicar seus recursos em lugares que ofereçam segurança e retorno. O conhecimento permitirá a diversificação de investimentos como em ações, títulos e previdência privada.

## PÚBLICO 60+: REPRESENTAÇÃO E CONSUMO

O aumento significativo da população com mais de 60 anos tem reflexos na economia em geral, porque essas pessoas representam uma fatia considerável do mercado consumidor e deve movimentar R\$ 1,8 trilhão, em 2024, em produtos, serviços e na cadeia envolvida na produção, de acordo com dados da consultoria Data8. A tendência é que esse valor mais que duplique nos próximos anos, impulsionando o PIB.

Esse público, ativo e exigente, não apenas busca produtos e serviços que atendam às suas necessidades específicas, mas também deseja se sentir representado nas marcas que escolhe. Ele não se limita a ser consumidor, quer ser um agente ativo no mercado, exigindo atenção especial das empresas.

A falta de representatividade em campanhas publicitárias e produtos é um dos principais pontos levantados por esse público, que anseia por ser visto e valorizado. Marcas que entendem e atendem às especificidades desse grupo têm mais chances de conquistar sua lealdade.

Muitos idosos têm poder aquisitivo considerável, o que os torna consumidores importantes. Ficou claro na pandemia que, para cada idoso que falecia, uma família ficava desamparada.

As empresas precisam entender que as necessidades da geração 60+ vão além da saúde física — eles buscam tecnologia que facilite a vida, moda que respeite seu estilo e serviços que atendam às suas particularidades, como viagens, academias apropriadas e ferramentas financeiras que transformem patrimônio em renda, como existe em outros países.



“Vivemos cada vez mais, e o Governo cada vez menos tem caixa para bancar as aposentadorias, que não conseguem dar conta do custo de vida. A hipoteca reversa é amplamente utilizada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido, e seria mais uma alternativa para essa fase da vida. É como se a pessoa vendesse seu bem para uma instituição que pagaria um valor, uma espécie de aluguel, para o resto da vida”, comenta Rubin.

Ele ressalta que, no Brasil, o que há de mais próximo disso são os planos de previdência privada PGBL e VGBL, mas a diferença é que você vai usar exatamente o valor que acumular.



## COMO ALCANÇAR A SAÚDE FÍSICA, MENTAL E FINANCEIRA

Alcançar a longevidade saudável e financeira requer um compromisso com hábitos que promovam o bem-estar e uma gestão prudente dos recursos. Com planejamento e escolhas conscientes, é possível desfrutar de uma vida longa, plena e com qualidade. Conheça algumas estratégias para alcançar essas metas.

### LONGEVIDADE SAUDÁVEL

- ☉ **Alimentação balanceada:** opte por uma dieta rica em frutas, vegetais, grãos integrais e proteínas magras. Reduza o consumo de açúcar, sal e alimentos ultraprocessados.
- ☉ **Atividade física regular:** pratique exercícios pelo menos 150 minutos por semana, incluindo atividades aeróbicas e de fortalecimento muscular. Envolver-se em atividades que você goste: dança, natação ou caminhadas.
- ☉ **Cuidados com a saúde mental:** pratique técnicas de redução de estresse, como meditação e *mindfulness*. Mantenha conexões sociais, participando de grupos ou atividades comunitárias.
- ☉ **Exames preventivos:** faça *check-ups* regulares e exames de rotina para detectar doenças precocemente. Siga as orientações médicas e não negligencie os tratamentos.

### LONGEVIDADE FINANCEIRA

- ☉ **Planejamento financeiro:** estabeleça um orçamento que priorize economias e investimentos. Utilize ferramentas de planejamento financeiro para traçar metas claras.
- ☉ **Economias e investimentos:** comece a poupar o quanto antes, mesmo que em pequenas quantias. Considere diversificar investimentos em ações, títulos e previdência privada.
- ☉ **Educação financeira:** aprenda sobre finanças pessoais por meio de livros, cursos ou consultorias. Esteja ciente dos direitos previdenciários e dos benefícios disponíveis.
- ☉ **Reserva de emergência:** crie uma reserva para cobrir despesas imprevistas, idealmente equivalente de três a seis meses de gastos.
- ☉ **Redução de dívidas:** elimine dívidas de juros altos o mais rápido possível.

---

# COP29: CNSEG COLOCA SEGUROS NO RADAR DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

*Em Baku, CNseg firma parcerias com UNEP FI e Atlantic Council para ter iniciativas do mercado segurador reconhecidas, replicadas e divulgadas mundialmente.*

---

O mantra de seguros para tudo e para todos da CNseg atravessou desta vez o Atlântico e se instalou em Baku, no Azerbaijão, para reverberá-lo durante as discussões na 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP29), realizada de 11 a 22 de novembro. "Ou participamos dessas discussões globais ou o mercado segurador (doméstico ou global) continuará a ser negligenciado entre as soluções para mitigar os extremos climáticos, frustrando o potencial de negócios endereçado às seguradoras em virtude das mudanças climáticas", afirmou o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

É a segunda vez seguida que a CNseg participa de uma COP (a anterior foi a 28ª, em Dubai) para, a partir desses debates, redesenhar o mapa dos riscos climáticos brasileiro, atualizar-se sobre desafios e oportunidades e, de quebra, engrossar o coro do mercado global de seguros sobre as soluções disponíveis

em suas gôndolas para prevenir ou mitigar os riscos dos extremos climáticos.

Dyogo Oliveira disse que a participação institucional nessas conferências do clima da ONU tem o objetivo final de incluir o mercado segurador (local e mundial) entre os protagonistas da agenda das mudanças climáticas e nas recomendações das declarações finais das futuras COPs, o que nunca ocorreu.

"O setor não só é capaz de suportar os danos extremos do clima ao proteger pessoas, patrimônios, negócios e a infraestrutura, mas também de oferecer expertise na gestão desses riscos a seus segurados para mitigá-los. Além disso, também está apto a alocar recursos garantidores em favor em projetos da economia verde", assinalou.

Mesmo assim, queixa-se ele, até aqui a pauta das COPs dedica-se muito a questões do financiamento da transição econômica, mas pouco em indicar os pares capazes de promover tais práticas sustentáveis, como é o caso do seguro. Sua expectativa é de que, na COP30, que será realizada no Brasil,

***"O setor não só é capaz de suportar os danos extremos do clima ao proteger pessoas, patrimônios, negócios e a infraestrutura, mas também de oferecer expertise na gestão desses riscos a seus segurados para mitigá-los."***

Dyogo Oliveira, CNseg

---

em novembro de 2025, o mercado segurador, finalmente, tenha suas potencialidades reconhecidas e indicadas para suavizar os danos climáticos.



### ● ● ● NOVAS PARCERIAS

Dyogo Oliveira cita duas ações firmadas na COP29 em favor do gradual reconhecimento e participação do mercado segurador na agenda de mudanças climáticas.

Uma foi a adesão da CNseg ao Fórum para a Transição de Seguros para Zero Emissões Líquidas (FTT), iniciativa da ONU que apoia estratégias de seguros para uma transição econômica sustentável. A CNseg foi a primeira entidade a aderir a esse pacto, anunciado por Butch Bacani, líder da UNEP FI, durante o lançamento do guia sobre planos de transição no setor de seguros. Dessa forma, a CNseg foi destacada como parceira essencial na promoção de práticas sustentáveis no Brasil e globalmente.

Outra medida de impacto: a CNseg firmou uma parceria com o Centro de Resiliência Climática do Atlantic Council para promover o setor segurador como ferramenta essencial na adaptação às mudanças climáticas. Entre as medidas, a par-

ceria planeja jogar luzes em práticas inovadoras do mercado nacional de seguros brasileiro, para replicá-las e suavizar os impactos climáticos. O Atlantic Council apoiará a CNseg no engajamento com atores e plataformas globais relevantes, como G20 e COP30. O memorando prevê a organização de agendas com atores regionais e globais de interesse do setor de seguros brasileiro.

Dyogo Oliveira destacou o papel do Atlantic Council no fortalecimento da presença internacional do setor segurador brasileiro, assegurando que ele dará enorme contribuição para inserir produtos do setor nos compromissos climáticos das COPs e acordos internacionais, uma lacuna ainda existente no cenário global.

"Teremos agora o Atlantic Council nos apoiando na identificação de atores e plataformas regionais e globais, incluindo aqueles relacionados ao G20 e à COP30, com os quais o setor segurador brasileiro precisa dialogar", destacou.

Além do Dyogo Oliveira, esse painel da COP29 contou com a participação de Jorge

Castelumendi, diretor sênior do Centro de Resiliência Climática do Atlantic Council; Amy Barnes, *head* de Estratégia de Clima e Sustentabilidade da Marsh McLennan; Antonio Augusto Rebello Reis, sócio do escritório Mattos Filho; Thelma Krugg, pesquisadora do INPE e do IPCC; e Roberto Kishinami, executivo do Instituto Clima e Sociedade (ICS).

### ● ● ● CREDENCIAIS

Desde já, olhando o acordo global de financiamento climático acertado na COP29 — serão US\$ 300 bilhões por ano de repasses para países emergentes, valores considerados insuficientes por ambientalistas — as seguradoras em todo o mundo terão mais oportunidades e desafios para contornar ou remediar os danos potenciais dos extremos climáticos.

As credenciais do mercado brasileiro foram apresentadas pela CNseg em três painéis ocorridos no encontro de Baku, que reuniu líderes de



governos, especialistas, setor privado e sociedade civil para negociar ações práticas e compromissos para baixar as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os impactos climáticos.

As contribuições em prol de uma economia mais sustentável foram listadas nos painéis "Expansão do mercado de veículos eletrificados no Brasil: reflexos na indústria automotiva e no setor de seguros"; "O papel do setor de seguros na transição climática: de Baku a Belém"; e "Finanças sustentáveis: contribuições do setor privado para os compromissos brasileiros com o clima".

O painel de veículos eletrificados e seus impactos para o desenvolvimento sustentável reuniu representantes do Governo e do setor privado para conhecer como o setor de seguros pode apoiar essa transição. O mercado segurador ainda dá seus primeiros passos de reconhecimento do potencial do novo nicho de mercado representado pelos carros eletrificados.

As seguradoras entendem que o carro elétrico tem diferenças significativas do ponto de vista

de sinistralidade. Se danificar a bateria em um acidente, por exemplo, pode resultar em perda total. Também os reparos por perdas parciais são mais elevados do que no caso da frota a combustão, porque existe limitação de mão de obra e de oferta de peças. De qualquer forma, acredita-se que o crescimento da frota eletrificada ajudará a reduzir custos de reparo, ao eliminar gargalos na oferta de peças e de mão de obra especializada.

### ● ● ● FROTA

A contribuição dos carros elétricos para a descarbonização é reconhecida. Apesar de um ambiente de negócios ainda desfavorável — falta de incentivos governamentais significativos, gargalos na infraestrutura e ausência de regulamentação específica — as vendas de veículos eletrificados deram salto no País. Até outubro de 2024, foram vendidas 140 mil unidades, 7,16% do total de vendas automotivas. Em 2023, foram outras 94 mil. Projeções indicam que as vendas de veículos elétricos leves poderão superar as de

veículos a combustão, alcançando 1,5 milhão em 2030 e mais de 90% das vendas em 2040, revelou Igor Calvet, diretor-executivo da Anfavea.

O presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Vander Costa, acredita que prevalecerá um perfil de multitecnologia da frota brasileira, reunindo carros e ônibus elétricos e híbridos, ao lado de modelos convencionais. "A eletrificação já é realidade e pode ser solução para o transporte urbano no País, e o álcool pode ser melhor alternativa para os veículos que percorrem grandes distâncias", concluiu.

O painel "Finanças sustentáveis: contribuições do setor privado para os compromissos brasileiros com o clima" reuniu representantes da CNseg, Febraban e CNI, encarregando-os de destacar as ações em curso pelas entidades empresariais.

A então diretora de Sustentabilidade da CNseg, Cristina Barros, ratificou que setor segurador pode ser um ator fundamental na agenda do mercado de carbono e da transição climática em prol da adaptação e da resiliência. Também lembrou que, apesar de responder, globalmente, por 1/3 das per-



***"A eletrificação já é realidade e pode ser solução pra transporte urbano no País, e o álcool pode ser melhor alternativa para os veículos que percorrem grandes distâncias."***

Vander Costa, CNT

das por desastres climáticos, "o papel do seguro não é reconhecido pela Convenção do Clima."

"E o que temos dito aos membros dessa Convenção, via Brasil, é que considerem o seguro para responder à emergência climática à qual o

***"O Brasil pode ser um hub de soluções climáticas. São US\$ 3 trilhões no mundo com possibilidade de arrecadação nos próximos anos. Precisamos de políticas de médio e longo prazos e investimentos consistentes."***

Amauri Martins, Febraban

País está exposto. Nesse instrumento da adaptação, temos um caminho a traçar, que começa aqui na COP e tem desdobramento em casa, a partir da construção de pontes que a CNseg começa a sinalizar para o Governo, Ministérios e várias outras entidades",

Mediador do painel, o diretor de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente, Aloisio de Melo, afirmou que "o diálogo entre o setor privado e o Governo Federal é fundamental para continuar posicionando o Brasil na liderança da agenda verde."

O setor financeiro, representado pela Febraban, tem participado dessa agenda socioambiental desde 2008, incluindo a taxonomia verde desde 2015. Agora a tarefa tem sido a de engajar os clientes para a agenda de taxonomia e se tornar carbono zero. "O Brasil pode ser um *hub* de soluções climáticas. São US\$ 3 trilhões no mundo com possibilidade de arrecadação nos próximos anos. Precisamos de políticas de médio e longo prazos e investimentos consistentes. Temos feito

***"A nossa estratégia é baseada na implementação de diversas ações em transição energética, economia circular, mercado de carbono e bioeconomia e conservação florestal."***

David Bontempo, CNI.

a lição de casa como mercado e como Governo", disse o executivo da Febraban, Amauri Martins.

Já a CNI, representando cerca de nove mil estabelecimentos industriais, tem uma estratégia muito bem definida para transformar as vantagens comparativas do Brasil em vantagens competitivas. "A nossa estratégia é baseada na implementação de diversas ações em transição energética, economia circular, mercado de carbono e bioeconomia e conservação florestal", disse David Bontempo, da CNI.

Por fim, no painel "O papel do setor de seguros na transição climática: de Baku a Belém", foi destacado que mercado de seguros global respondeu por 35% das perdas globais ocorridas no ano passado — de mais de US\$ 300 bilhões. Mas as lacunas de coberturas podem ser menores se houver mais conhecimento dos produtos de seguros existentes para mitigar os riscos intensificados pelo aumento de eventos climáticos extremos. Logo, quanto maior for o entendimento dos organismos multilaterais e governos locais sobre a importância dos seguros, mais dias melhores haverá para a Humanidade.

---

# NOVA ERA TRUMP: FOCO NO ENFRAQUECIMENTO DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA

*Além da esperada alta do dólar, a política americana no segundo mandato do republicano deve ser protecionista pelo temor de crescimento do país asiático.*

---

Ao longo de uma campanha agitada, o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, reforçou a plataforma defendida oito anos atrás: privilegiar os cidadãos americanos, controlando a entrada de imigrantes e valorizando o nacionalismo com uma política protecionista, que pretende conter o avanço tecnológico internacional da China. Para o Brasil, o principal reflexo da nova administração Trump estará na tentativa norte-americana de reduzir a influência e o fortalecimento das relações comerciais chinesas, principal parceiro comercial do País.

A primeira consequência da eleição dele pode ser a alta do dólar. “Trump é um ator imprevisível, que tende a gerar insegurança no mercado e levar o dólar a subir”, acredita Leonardo Paz, pesquisador do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O enfraquecimento da moeda brasileira, no entanto, é menos relevante do que a provável in-

terferência norte-americana nos negócios com a China, país que ameaça o poderio dos Estados Unidos na economia mundial. Para o historiador Williams Gonçalves, professor de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a política econômica dos Estados Unidos hoje é protecionista em virtude da crise e do temor do crescimento da China.

“A prática protecionista norte-americana deve se acentuar com Trump, um republicano diferente, cuja visão é mercantilista, de comerciante que não quer perder nenhum negócio. Ele está preocupado em ter o domínio da alta tecnologia, em insistir com o Brasil para evitar permitir que empresas chinesas se instalem por aqui. Em 2021, ele fez *lobby* contra a Huawei, que não participou do leilão da instalação do 5G”, lembra Gonçalves.

A posição ideológica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não incomodaria Donald Trump, na opinião de Leonardo Paz. No entanto, o Brasil estaria entre os países que poderiam

***“O Brasil torna-se um pesadelo para os norte-americanos ao estar afinado com Rússia e China no BRICs. É o que vai erodir a liderança dos Estados Unidos no mundo.”***

Williams Gonçalves, UERJ

---

sofrer sanções norte-americanas por não se alinhar comercialmente com os Estados Unidos — e manter importantes parcerias comerciais com a China. A plataforma econômica de



Trump defende tanto o corte dos impostos corporativos nos Estados Unidos, quanto o aumento de tarifas sobre as importações.

“A situação pode ficar um pouco mais complexa para a indústria e o comércio brasileiros, mas não é especificamente contra o Brasil, que é mais um país contra o qual Trump quer buscar proteção. No mandato anterior, quando combatia a entrada de produtos chineses em seu país, ele elevou as tarifas do aço que o Brasil exporta para os Estados Unidos. Foi no governo Bolsonaro, mas o Brasil sofreu do mesmo jeito”, diz Paz.

Para o pesquisador da FVG, não deverá haver pressão contra imigrantes brasileiros ou desentendimentos com o Governo Lula. “A imigração a ser contida, um dos argumentos da campanha de Trump, é a de quem sai do México ou de países da América Central. O Brasil tem uma posição diferente nesse cenário, e o número de imigrantes brasileiros para os Estados Unidos é bem menor do que o de pessoas que têm o espanhol como língua nativa”, avalia.

***“Trump pode ser mais permissivo em relação a Israel, mas os republicanos não têm tradição de intervir em conflitos externos. E ele deve manter a cordialidade com o Brasil.”***

Leonardo Paz, FGV

O interesse do governo norte-americano no Brasil é o de reforçar laços com o empresariado e o agronegócio brasileiros, que nutrem simpatia pelos Estados Unidos. O diálogo constante deles

com universidades brasileiras e os comandos militares do País visa ao enfraquecimento das relações Brasil-China, aponta Paz.

“Nas Américas, só há lugar para uma grande potência, por isso os Estados Unidos sempre conspiraram contra qualquer forma de integração regional na América Latina. O Brasil torna-se um pesadelo para os norte-americanos por estar afinado com Rússia e China no BRICs. É o que vai erodir a liderança dos Estados Unidos no mundo, embora a China não tenha qualquer interesse em parcerias militares ou políticas com o Brasil. Mas a China é o coração do BRICs, a grande potência econômica do grupo e defende uma nova ordem institucional”, diz Gonçalves.

A eleição de Donald Trump não deverá fortalecer a extrema direita no Brasil, acreditam os estudiosos. O País hoje tem uma posição mais moderada em relação a antigos aliados políticos, como o venezuelano Nicolau Maduro, e acompanha uma tendência mundial ao condenar a postura israelense em Gaza, acredita Leonardo Paz.

“Lula consolidou uma imagem muito mais positiva lá fora do que aqui no Brasil. A Casa Branca não reconheceu a legitimidade da eleição de Maduro e ameaça cancelar o auxílio militar a Israel. Trump pode ser mais permissivo em relação a Israel, mas os republicanos não têm tradição de intervir em conflitos externos. Trump não entrou em qualquer guerra no seu primeiro mandato e deve manter a cordialidade com o Brasil”, analisa.

Para Williams Gonçalves, Donald Trump é um nacionalista sem a menor pretensão de tornar-se uma referência política, mas que estaria alinhado ao pensamento colonialista brasileiro, hoje representado pelo agronegócio.

“A predominância política do agronegócio, base territorial para a exportação, nos fez voltar para uma posição colonial, dependente da demanda externa, não do mercado interno. Trump jamais quis criar uma escola trumpista, tem admiradores e imitadores, mas não incentivou ninguém a copiá-lo fora dos Estados Unidos. Isso é uma distorção da extrema direita brasileira. Em seus encontros com Bolsonaro, Trump mantinha uma expressão curiosa e divertida, diante do olhar embevecido do brasileiro. Esse tipo de situação não deve se repetir com Lula”, conclui.

---

# O BRASIL VIVE UMA NOVA CORRIDA PELO PETRÓLEO NO CURTO PRAZO

*A produção brasileira deve se manter em ritmo crescente nos próximos seis anos, levando o País a ocupar a quinta posição no ranking global, com 5,3 milhões de barris por dia.*

---

O cenário atual descortina um panorama de indagações e perspectivas desafiadoras para o setor de petróleo que, no curto prazo, é um poço de abundância: a produção deve se manter em ritmo crescente nos próximos seis anos, atingindo 5,3 milhões de barris por dia em 2030. Será o recorde histórico da indústria nacional — um aumento de 77% na comparação com os 3 milhões de barris diários produzidos em 2023, colocando o Brasil na quinta posição do ranking mundial (hoje está em décimo lugar).

A outra face dessa moeda é um campo de incertezas. A partir de 2031, a extração de óleo inicia uma trajetória de redução gradativa, provocada em grande parte pelo envelhecimento dos poços do pré-sal e pela falta de descobertas de grandes jazidas nos últimos anos. A estimativa para 2034 é que chegue a 4,4 milhões de barris/dia, segundo estudo do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Não por acaso, o estudo aponta que a exploração de novas fronteiras é crucial para sustentar a produção de petróleo na próxima década. A Petrobras quer explorar as bacias da Margem Equatorial e a de Pelotas, como forma de garantir o suprimento energético do País. Conhecida

como Foz do Amazonas, a Margem Equatorial é uma fronteira *offshore* importante para o Brasil, com grande potencial petrolífero, que fica entre o Amapá e o Rio Grande do Norte, estendendo-se por mais de 2,2 mil km ao longo da costa. No entanto, a licença ambiental para explorar petróleo na região foi negada duas vezes pelo Ibama.

Outro fator de preocupação é o tempo. O período entre o começo da exploração (pesquisa) e o início da produção de petróleo pode chegar a dez anos. É uma aposta de longo prazo. Cada projeto envolve diversas etapas: perfuração, avaliação de jazidas, criação de plano de desenvolvimento, fabricação e instalação de plataformas. Ou seja, eventuais descobertas de petróleo na segunda metade desta década só devem resultar em produção efetiva depois de 2034. A Margem Equatorial, caso seja concedida a licença ambiental no futuro próximo, faz parte desse cenário.

“Temos que fazer escolhas agora em relação ao futuro se quisermos participar desse mercado como protagonistas. Já estamos atrasados nesse aspecto. Há uma demanda muito alta de petróleo, que representa uma fonte de energia indispensável. Precisamos garantir a oferta no futuro próximo ou correremos o risco de ter que importar energia de outros países. Esse é o grande dilema do Brasil hoje,

o que exige tomada de decisões com urgência para fazer frente à queda das reservas”, alerta o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Saboia.

O dirigente da ANP vê com bons olhos a decisão da Petrobras de apostar suas fichas na revitalização da Bacia de Campos. A região entre o litoral do Rio e do Espírito Santo completou 50 anos desde sua primeira descoberta de petróleo. Foi ali que a estatal

***“Temos condições de elevar novamente a capacidade de produção. Com investimentos nos campos maduros, podemos voltar ao patamar de 600 mil barris/dia. Isso vai trazer benefícios para o Brasil.”***

Rodolfo Saboia, ANP

---

conseguiu triplicar a produção entre 1974 e 1984, passando de 200 mil barris por dia para 600 mil. A proposta é extrair o mesmo volume de óleo e gás produzidos desde os anos 1970, com novos poços, técnicas de revitalização de poços maduros e o reaproveitamento de plataformas.

“Ainda há muito petróleo recuperável na Bacia de Campos a um custo baixo, porque a infraestrutura já está pronta. Podemos extrair petróleo com a tecnologia existente e aumentar o fator de recuperação das reservas, que hoje é de 15% a 17%. Temos condições de elevar novamente a capacidade de produção. Com investimentos nos campos maduros, podemos voltar ao patamar de 600 mil barris/dia. Isso vai trazer benefícios para o Brasil”, afirma Saboia.

No próximo ano, a ANP vai leiloar seis novos blocos na Bacia de Campos, que fazem parte do Polígono do Pré-Sal, sob regime de partilha. Hoje são 62 áreas produtoras e 17 blocos em fase de exploração. A empresa responsável pela gestão dos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural em regime de partilha é a PPSA, que

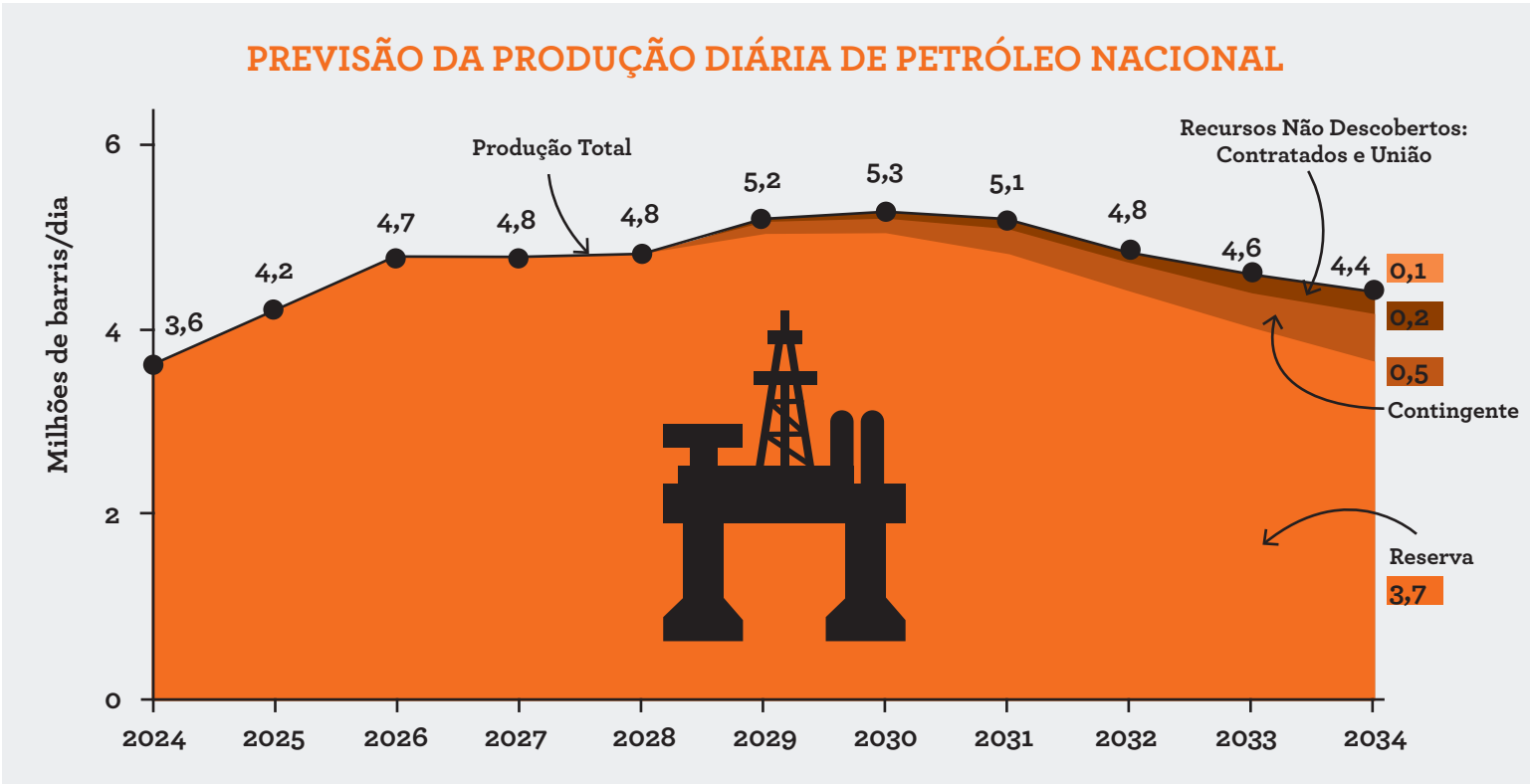
atualmente faz a gestão de 23 contratos de partilha de produção, reunindo 15 empresas globais e cinco operadores diferentes.

Segundo a presidente interina da PPSA, Tábita Loureiro, os campos sob regime de partilha representam aproximadamente 45% das reservas totais de petróleo do Brasil. Além disso, os contratos de partilha já respondem por cerca de 30% da produção nacional, ou seja, um milhão de barris por dia. “Em dezembro, faremos o Fórum Técnico e vamos atualizar as estimativas de produção e investimentos para os contratos de partilha. A tendência de crescimento da produção se manterá até o final da década, com mais de dez plataformas entrando em produção nesse regime”, informa.

Neste ano, a PPSA fez um leilão para venda de 37,5 milhões de barris de petróleo, referentes à produção estimada da União em 2025 dos Campos de Mero e Búzios. “No ano que vem, vamos fazer o quinto leilão de petróleo da União para comercializar a produção estimada para 2026. Estamos trabalhando na modelagem do leilão para definir volumes e lotes”, conclui Tábita.

*“No ano que vem, vamos fazer o quinto leilão de petróleo da União para comercializar a produção estimada para 2026. Estamos trabalhando na modelagem do leilão para definir volumes e lotes.”*

Tábita Loureiro, PPSA



FONTE: Empresa de Pesquisa Energética (EPE) — Plano Decenal de Expansão de Energia 2034

## ESTUDO DA FIRJAN APONTA INVESTIMENTOS DE US\$ 182 BILHÕES EM ÓLEO E GÁS

**O VOLUME DE RECURSOS, ESPERADO ATÉ O FINAL DESTA DÉCADA, É PROPORCIONAL AO SALTO ESTIMADO NA PRODUÇÃO GLOBAL**

A indústria de óleo e gás no Brasil já aquece as máquinas para receber investimentos de US\$ 182 bilhões até o fim desta década. A estimativa consta de estudo apresentado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) durante a Rio Oil & Gas (ROG.e), principal feira de energia do País, realizada em outubro. O volume de recursos é proporcional ao salto esperado na produção global. Segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a demanda mundial por energia crescerá 24% até 2050. O consumo deve atingir 374 milhões de barris de óleo equivalente diários, contra 301 milhões de mboe/d em 2023.

Na outra ponta, o Brasil enfrenta o desafio da transição energética, com a necessidade de reduzir a emissão de gases do efeito estufa e investir em fontes renováveis. Descarbonização é a palavra-chave. Mas como conciliar essa agenda com a produção em larga escala de combustíveis fósseis?

“A transição energética precisa avançar pela redução da demanda desses combustíveis e não pela redução da oferta. Isso resultaria em aumento dos preços da energia e na restrição do abastecimento. Em outras palavras, pobreza energética”, afirma Rodolfo Saboia, diretor-geral da ANP.



Atualmente, o País utiliza 48% de energia renovável, bem acima da média mundial, que é de 15%. Mas ainda existe um grande potencial de recursos hídricos, solar e eólico a ser explorado, que são essenciais para fazer frente às mudanças climáticas e aos riscos do aquecimento global.

O cenário exige a tomada de decisões responsáveis, com foco em sustentabilidade. A Petrobras, que completou 71 anos de atividades, se diz ciente do seu papel no desafio de mitigar os efeitos da mudança do clima. Em paralelo, ressalta a importância de continuar produzindo petróleo com baixo custo e baixas emissões, tendo em vista sua importância para a economia mundial nas próximas décadas.

Os investimentos da Petrobras em exploração e produção (E&P) seguem com foco no pré-sal, que permite ex-

trair um dos óleos mais limpos do mundo, com emissão de CO<sub>2</sub> equivalente por barril 70% inferior à média mundial. As novas tecnologias de produção também seguem o caminho da sustentabilidade.

Um dos projetos em desenvolvimento na estatal é uma plataforma de petróleo movida apenas a energia elétrica, que reduz 20% das emissões de gases do efeito estufa. A empresa desenvolve ainda uma tecnologia para produção de óleo diesel com conteúdo renovável. A primeira unidade do País inteiramente dedicada à produção de bioquerosene de aviação (BioQAV) está em fase de implantação. E o Plano Estratégico 2024-2028 prevê um total de investimentos de US\$ 5,5 bilhões em projetos para energias de baixo carbono.



## CRESCE DEMANDA POR RISCOS DE SEGUROS NA PRODUÇÃO OFFSHORE

**LEVANTAMENTO DA CNSEG MOSTRA QUE, DE JANEIRO A AGOSTO, AS SEGURADORAS ARRECADARAM R\$ 1,7 BILHÃO EM PRÊMIOS DIRETOS.**

O seguro é um dos grandes aliados da indústria de óleo e gás na prevenção de riscos e na proteção financeira das atividades. Responsável por 10% do PIB industrial, o setor de O&G tem ampliado os investimentos na produção *offshore*, o que contribui para uma demanda crescente pelo Seguro de Riscos de Petróleo. Levantamento da CNseg aponta que, de janeiro a agosto deste ano, as seguradoras arrecadaram R\$ 1,7 bilhão em prêmios diretos via essa modalidade de seguro, uma alta de 34,7% em relação ao mesmo período de 2023.

Esse desempenho está diretamente vinculado a três fatores: sofisticação das coberturas, demanda maior por seguros de construção *offshore* e crescimento da produção e das operações no pré-sal. A contratação do seguro tem por objetivo cobrir riscos envolvendo a exploração e a prospecção de petróleo e gás natural, seja em terra (*onshore*) ou no mar (através de plataformas e navios-sonda). No Brasil, o Seguro de Riscos de Petróleo é, em grande parte, ressegurado, por conta do alto valor envolvido

e a significativa exposição a riscos ambientais e operacionais.

Dois episódios trágicos serviram de alerta para a indústria de óleo e gás: a explosão da plataforma P-36 no Campo de Roncador, que vitimou 11 pessoas em 2001, e a destruição da plataforma Deepwater Horizon, em 2010, operada pela BP. Mais de 134 milhões de barris de petróleo foram despejados no Golfo do México. Segundo Narely de Paula, coordenadora da Subcomissão de Riscos de Petróleo da FenSeg, as empresas passaram a incorporar a cultura do seguro em suas operações e vêm ampliando a contratação de novas coberturas.

“As companhias abriram os olhos para o seguro de forma bastante criteriosa. De três anos para cá, a Petrobras tem contratado cobertura para o controle de poços. São despesas decorrentes da perda de controle do poço, quando se faz necessário trazer a operação de volta em segurança. É preciso manter o equilíbrio da pressão hidrostática entre o líquido e a rocha para evitar o risco de *blowout*. Existem equipamentos

que ajudam a prevenir esse tipo de acidente, como o BOP — o Blowout Preventer”, explica Narely.

Outros tipos de proteção formam o chamado Energy Package associado a Risco de Petróleo, como a cobertura de danos físicos (para materiais e plataformas), Responsabilidade Civil e a cobertura de construção *offshore*. Atualmente, dez seguradoras trabalham nesse segmento, que deve atrair novos players por conta dos investimentos elevados em exploração offshore.

“São valores muito expressivos. Somente um navio-plataforma envolve investimentos de US\$ 4 bilhões. O Brasil é líder da demanda global por FPSO e vai demandar mais 14 unidades desse tipo. Essas operações fortalecem a relação das empresas com o mercado segurador”, ressalta a coordenadora da FenSeg.

Essa ampliação, de acordo com a executiva, pode ser explicada pelo aumento da sofisticação das coberturas de seguros, pela maior demanda por seguros de construção *offshore*, e pela expansão da produção e operações no pré-sal.

# PAINÉIS DEBATEM PRESENTE E FUTURO NO CONGRESSO DOS CORRETORES

*O evento reuniu mais de três mil profissionais, especialistas de múltiplas áreas, parlamentares e autoridades do Governo, como o ministro Fernando Haddad, da Fazenda.*

Uma imersão em temas-chave da atividade reuniu profissionais de todo o País no 23º Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros, para discutir tópicos como conjuntura, perspectivas de ramos e modalidades, ajustes do marco regulatório e tendências tecnológicas em 56 painéis.

Promovido pela Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor), de 10 a 12 de outubro, no Rio de Janeiro, o evento contou com a participação de mais de três mil corretores, especialistas de múltiplas áreas, parlamentares e autoridades do Governo, como o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Também estiveram presentes os presidentes da CNseg e de seu Conselho Diretor, Dyogo Oliveira e Roberto Santos, respectivamente, além de diretores da Confederação.

Dyogo Oliveira avaliou a conjuntura econômica, assinalando que a CNseg, entre as instituições participantes da pesquisa Focus do Banco Central, figura entre as que fazem uma projeção mais próxima do crescimento efetivo alcançado pelo PIB nos quatro últimos anos. “Analistas e comentaristas econômicos esperam uma coisa muito ruim no começo de cada ano e acabam recebendo sempre uma coisa muito melhor em termos de atividade econômica”, declarou ele.

No começo deste ano, exemplificou, a taxa de crescimento esperada era de 1,5%, e agora a previsão é de que supere



3%. No ano passado, a expectativa era de 0,8%, mas o PIB alcançou 2,9%. Em 2022, a expectativa era de 0,3% e fechou em 3%. Em 2021, a expectativa era de 3,4%, e o PIB subiu 4,8%.

“A economia brasileira hoje tem fundamentos muito fortes, contrariando essa visão equivocada presente nos relatórios de projeção do PIB da pesquisa Focus de começo de ano. Nossa economia tem uma política monetária autônoma, câmbio flutuante, política de juros de mercado, sistema financeiro sólido, capitalizado e inovador, a exemplo do que ocorre nos mercados de seguros e de capitais. Enfim, tudo isso é fruto de um trabalho de 30 anos que o País tem construído, colaborando para consolidar as instituições de política econômica”, afirmou.

Para o presidente da CNseg, a economia brasileira deveria estar voando, não fossem as tensões perenes entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas últimas décadas, que resul-

tam em insegurança jurídica e travam os investimentos.

Participante de outro painel, Roberto Santos destacou o ganho de eficiência operacional das seguradoras, o que favorece a expansão do consumo. Essa eficiência tem relação direta com investimentos em digitalização e outros recursos tecnológicos. Em 11 anos, a eficiência operacional das seguradoras — calculada pela divisão entre despesas administrativas e arrecadação menos o prêmio ganho — registra avanço consistente, principalmente nos últimos três anos.

As despesas administrativas, que representaram 15,2% da arrecadação em 2012, recuaram para o menor patamar no ano passado: 11,9%. Mas já existem seguradoras com custos abaixo de 10% (incluindo despesas administrativas e operacionais). “Esse número vai continuar caindo bastante, ajudando as companhias a reduzir os prêmios e a incentivar mais adesões aos seguros”, assinalou ele.

# SÉTIMO SEMINÁRIO JURÍDICO DE SEGUROS

## AVALIA PERSPECTIVAS E DESAFIOS

A necessidade de ajustes na redação de alguns artigos do anteprojeto que atualiza e reforma o Código Civil, mecanismos efetivos para punir as fraudes na Saúde Suplementar, investimentos em infraestrutura e no meio ambiente mais resilientes e assertivos, com a participação dos seguros, e regulamentação em favor do fomento do setor foram alguns dos temas tratados no 7º Seminário Jurídico de Seguros, ocorrido em 24 de outubro, no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na solenidade de abertura, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, elogiou a escolha dos temas dos painéis, que considerou estratégicos para o bom funcionamento de um setor que é, acima de tudo, um instrumento de proteção social e de redistribuição de renda, a partir do

mutualismo e da formação de uma rede de proteção.

No encerramento, a diretora jurídica da CNseg, Glauce Carvalho, destacou que os temas discutidos no seminário ocorrem em um momento crucial do setor, considerando-se um contexto no qual a sociedade espera respostas eficientes e inovadoras para desafios complexos.

“O avanço de novas tecnologias, modalidades de relacionamentos sociais no trabalho e na família e a intensa necessidade de se aplicar os princípios de sustentabilidade, inclusão e governança nas atividades empresariais desafiam os institutos jurídicos”, assinalou ela.



O evento foi promovido pela Revista Justiça & Cidadania e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), com o apoio da CNseg.

### NOTAS

- **UM MEMORANDO DE COOPERAÇÃO** ASSINADO ENTRE A CNSEG E A ASSOCIAÇÃO DAS SEGURADORAS BRITÂNICAS (ABI, NA SIGLA EM INGLÊS), EM OUTUBRO, EM LONDRES, PREVÊ A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS CONJUNTOS E O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES ENGLOBANDO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEGURANÇA CIBERNÉTICA.
- A CNSEG PARTICIPOU DO PAINEL **“SEGURO; UMA ALAVANCA PARA A INCLUSÃO E EMPREGO NAS FAVELAS”**, UM DOS DEBATES PROMOVIDOS PELO G20 FAVELAS, UMA DAS MAIS DE 200 ATIVIDADES DO G20 SOCIAL. A DIRETORA JURÍDICA DA CNSEG, GLAUCE CARVALHAL, REPRESENTOU A CONFEDERAÇÃO NAS DISCUSSÕES SOBRE AS FORMAS DE O MERCADO AMPLIAR A OFERTA DE PRODUTOS PARA AS COMUNIDADES BRASILEIRAS.

---

# COPOM PREVÊ PROLONGAMENTO DO CICLO DE APERTO MONETÁRIO

*Com juros em alta para esfriar a demanda aquecida pelo recorde de pessoas ocupadas, a economia brasileira deve ter inflação acima da meta em 2025.*

---

O mercado de trabalho chegou ao recorde de 103 milhões de pessoas ocupadas no terceiro trimestre deste ano, e a demanda forte apoia o crescimento econômico. Por outro lado, influi na alta dos preços dos serviços, enquanto outros setores são afetados pelo câmbio e problemas climáticos. As expectativas de mercado apontam inflação acima dos 4,5% previstos como teto da meta em 2024, e o Banco Central (BC) já iniciou um ciclo de alta de juros que vai adentrar 2025.

O Governo procura cortar gastos. A agência Moody's deixou o Brasil a um passo de ser classificado no "grau de investimento", o mais seguro. A partir desses dados, as previsões e interpretações sobre o futuro variam, principalmente, entre dois perfis de economistas.

Um coloca em primeiro lugar o controle do ritmo dos preços, como é o caso do Banco Central (BC), principal guardião da moeda. Este grupo tem motivos para estar pessimista, já que o próprio BC prevê que a inflação terminará

2024 acima do teto da meta e que, no ano que vem, ficará acima do centro da meta.

Os economistas deste perfil dão mais peso à análise para o ciclo de alta da taxa Selic, que em novembro passou de 10,75% para 11,25%, e para a possibilidade de a redução dos juros nos Estados Unidos terminar mais cedo, devido à mudança de política econômica nesse novo mandato presidencial de Donald Trump, que pode ser mais inflacionário.

Outro grupo vê o cenário com otimismo e também tem argumentos para isso, ao olhar primeiro para indicadores como o do mercado de trabalho, que chegou ao terceiro trimestre com dinamismo e com a menor taxa de desemprego desde 2013, de 6,4%. Entre esses perfis, há outros.

O sistema de expectativas do mercado do BC usa uma metodologia para coletar as projeções diversas — e até díspares — e permitir uma visualização conjunta ao divulgar o ponto médio, ou mediana, entre o maior e o menor número em cada indicador. Atualmente, mais de 170 ins-

tituições financeiras e não financeiras participam desse sistema de expectativas, que semanalmente divulga um resumo no Relatório Focus.

## ● ● ● PROJEÇÕES

Na edição de 11 de novembro, o Relatório Focus mostrou para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o usado para a meta de inflação, 4,62%, em 2024, e em 4,1%, em 2025. Como a taxa de juros Selic é o principal instrumento para controlar a inflação, naturalmente suas projeções são de alta. As expectativas são de que a Selic termine dezembro em 11,75% e suba ainda mais, chegando a 12,25% em janeiro.

Por aquela edição do relatório, a Selic começaria a baixar ainda em 2025, terminando o ano em 11,5%. No dia seguinte, foi divulgada a Ata do Comitê de Política Monetária (Copom) afirmando que "uma deterioração adicional das expectativas pode levar a um prolongamento do ciclo de aperto de política monetária."



***“A taxa Selic já subiu e pode alcançar 13% no primeiro trimestre de 2025. Isso deve ter impacto na demanda interna, que tem sido o grande motor da economia.”***

**Armando Castelar, Ibre-FGV**

Na parte fiscal, as projeções no Focus indicam a dívida pública subindo de 63,5% do PIB neste ano para 66,54% no ano que vem. As expectativas são de que, mesmo sem contar os juros, o setor público vá gastar mais do que arrecada o correspondente a 0,6% do PIB neste ano e 0,7% em 2025.

Já para o crescimento econômico no Brasil, as expectativas do Focus são de Produto Interno Bruto (PIB) crescendo 3,1% neste ano e 1,94% em 2025. “O crescimento tem superado as expectativas ao longo de 2024 pelo terceiro ano consecutivo”, observa o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Armando Castelar Pinheiro.

“Para o ano que vem, o Focus está prevendo crescimento um pouco abaixo de 2%, provavelmente porque se espera uma redução de gastos do Governo em 2025. A Selic já subiu e pode alcançar 13% no primeiro trimestre. Isso deve ter impacto na demanda interna, que tem sido o grande motor da economia”, comenta Castelar, para quem 2025 será desafiador. Por outro lado, observa, há expectativa também de expansão de crédito.

#### **CENÁRIO POSITIVO**

A expansão do crédito também é citada pelo presidente da CNseg, Dyogo Oliveira. “Conti-

***“Apesar do déficit fiscal e das discussões sobre o assunto neste momento, a economia brasileira continua se beneficiando de um ambiente externo favorável.”***

**Dyogo Oliveira, CNseg**

nuamos otimistas a respeito do desempenho da economia brasileira para 2025”, continuidade do crescimento, retomada dos investimentos, principalmente na infraestrutura, e manutenção no nível de emprego e renda”, afirmou Oliveira, que é economista e já presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Sua análise se sustenta em três pontos. O primeiro é efeito do exterior, em que bancos centrais de importantes economias, como a dos Estados Unidos e a da Zona do Euro, iniciaram um ciclo de redução de juros neste ano.

“Apesar do déficit fiscal e das discussões sobre o assunto neste momento, a economia brasileira continua se beneficiando de um ambiente externo favorável”, analisa Oliveira, que também já foi ministro do Planejamento, prevê: “Os principais países da economia global devem ter um ano tranquilo em 2025, com afrouxamento da política monetária e expansão da política econômica e fiscal”.

O presidente da CNseg não vê grandes alterações neste cenário em médio e longo prazos com a eleição de Trump para um novo mandato. “O que se espera da política econômica do Trump é uma expansão fiscal, ou seja, mais dinheiro circulando na economia daquele país, o que só reforça o cenário já traçado”.

O segundo ponto é manutenção da força do agronegócio brasileiro, que, segundo ele, deve manter os preços das commodities estabilizados. “Isso deve manter renda dos exportadores



e dos produtores rurais e contribui muito para dinamizar a economia”, afirmou.

O terceiro é o ciclo de crescimento do emprego, com aumento da massa salarial e redução do endividamento das famílias, que abre espaço no orçamento familiar para a expansão do crédito, mesmo com a alta dos juros.



### GRAU DE INVESTIMENTO

O nível de emprego também é destacado pelo presidente do BNDES, Aloísio Mercadante, como condição favorável à economia. Para ele, o Brasil está no rumo de conseguir a classificação de sua dívida como “grau de investimento”. Isso significa que o risco de a dívida não ser paga é baixo, o que contribui para atrair investidores e reduzir as taxas pagas pelo Governo.

Em 1º de outubro, a agência internacional de classificação de risco Moody’s elevou a nota de crédito do Brasil de “Ba2” para “Bal”, ficando a um degrau do desejado grau de investimento.

“Temos todas as condições de atingir o grau de investimento, e o Governo tem que cortar gastos com seletividade e critério e reverter a expecta-

tiva”, disse Mercadante em 28 de outubro no 7º Fórum Brasil de Investimentos, promovido pela ApexBrasil, em São Paulo.

A Ata do Copom sobre a alta da taxa básica de juros (Selic), de 10,75% para 11,25%, na reunião de 6 de novembro, traz alertas sobre a questão fiscal como um fator que está afetando preços. Na Ata, o Copom destaca que mudanças estruturais de

*“Temos todas as condições de atingir o grau de investimento, e o Governo tem que cortar gastos com seletividade e critério e reverter a expectativa.”*

Aloísio Mercadante, BNDES (no 7º Fórum Brasil de Investimentos)

redução do aumento de gastos podem ser benéficas também para o crescimento econômico no médio prazo.

Do ponto de vista de quem tem que controlar a inflação, os dados do mercado de trabalho são vistos como um desafio. “O Comitê avalia que o dinamismo observado no mercado de trabalho é compatível com a inflação de serviços, que se mantém acima do nível requerido para o cumprimento da meta de inflação”, informa a Ata do Copom.

A alta do dólar é outro fator para a inflação. Pelo Focus de 11/11, as medianas indicavam R\$ 5,55 para 2024 e R\$ 5,48 para 2025. “O câmbio deve continuar pressionando a inflação, com a política de Trump de colocar tarifas mais altas à importação e reduzir impostos nos Estados Unidos. As bolsas lá subiram com o resultado eleitoral. O dinheiro vai para lá”, diz Castelar.



### ENERGIA E CLIMA

Dois dos grandes fatores para a alta da inflação acumulada em 2024 foram afetados pelo clima. O preço dos alimentos teve a oferta reduzida

neste ano por eventos climáticos, tanto pela seca prolongada em diversos estados quanto pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Outro foi a crise de energia elétrica no Brasil, principalmente a hídrica, e a longa estiagem em grande parte do país ao longo deste ano, o que elevou as tarifas para a bandeira vermelha, depois reduzidas para amarela.

“A matriz energética brasileira está muito refém do clima e abandonou a segurança dada pelas térmicas. O profissional mais importante do setor hoje é o meteorologista”, afirma Adriano Pires, sócio-fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Ele explica que o pico de consumo de energia ocorre por volta das 20h e que, nesse horário, as residências e as empresas com energia solar precisam estar ligadas à rede elétrica. Por isso, há risco até de apagões em algumas regiões.

Sobre o petróleo, Pires observa que a oferta mundial está maior que a demanda atualmente. Assim, prevê preços relativamente baixos, em torno de US\$ 70 o barril, podendo subir ou descer dependendo de questões geopolíticas, como o acirramento ou fim das guerras, principalmente no Oriente Médio.

No ano que vem, será realizada a 30ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP30, no Brasil, em Belém do Pará, na Amazônia. É uma agenda de gran-

de importância, tal o peso que as mudanças climáticas vêm tendo em todo o mundo, não só nos índices de inflação, mas principalmente em vidas e necessidades de assistência médica, perdas patrimoniais, paralisações temporárias e atrasos de atividade econômica.

Vale notar ainda que, em seu primeiro mandato presidencial, Trump tirou os Estados Unidos do Acordo de Paris, que procura deter o aumento da temperatura pela limitação das emissões de gases de efeito estufa. Os Estados Unidos são o maior emissor desses gases de efeito estufa por habitante e o segundo país em emissões globais, atrás apenas da China.

*“A matriz energética brasileira está muito refém do clima e abandonou a segurança dada pelas térmicas. O profissional mais importante do setor hoje é o meteorologista.”*

Adriano Pires, CBIE

*“O dinamismo do mercado de trabalho é compatível com a inflação de serviços, que se mantém acima do nível requerido para o cumprimento da meta de inflação.”*

Ata do Copom



---

# PIRATARIA EM RIOS ENCARRECE CUSTO DE TRANSPORTE FLUVIAL NO AMAZONAS

*Combustíveis, eletrônicos e até drogas são alvos das quadrilhas que usam armamento pesado para atacar navios e balsas que transitam nos rios da Região Amazônica.*

---

O cerco aos piratas dos rios — quadrilhas que roubam mercadorias transportadas pela via fluvial — tem se ampliado nos últimos anos no País, sobretudo na Região Norte. São iniciativas para equacionar os prejuízos extraordinários causados pelos bandidos, dado o elevado volume transportado de cargas em navios e balsas.

Entre os exemplos para barrar a criminalidade, há um projeto de lei que prevê ampliação da pena para os piratas, audiências públicas para discutir soluções, uso de escolta armada no traslado e bases flutuantes da Polícia Militar do Amazonas em locais mais críticos dos rios. Combustíveis, eletrônicos e até drogas e armas estão no radar das quadrilhas que atuam na região, criando um clima de pânico e tensão nas movimentações fluviais.

Segundo o deputado Saullo Vianna (União-AM), as quadrilhas usam metralhadoras e fuzis AR-15 e sistema de rádio VHF para comunicação durante a tocaia e o ataque. “Os bandidos armados atuam sempre em grupos, navegam em embarcações pequenas e velozes

para facilitar a fuga e usam de extrema violência com a tripulação”, descreve.

Vianna é autor do Projeto de Lei 2190/24, apresentado à Câmara dos Deputados, que altera o Código Penal e aumenta de 30% a 50% a pena para o roubo de cargas transportadas por meio de rios e lagos em embarcações como balsas, canoas e navios.

Hoje, a pena geral para esse tipo de crime é prisão de quatro a dez anos e multa, mas poderá subir para 13 anos com a tipificação, caso o projeto seja aprovado na Câmara e no Senado. O parlamentar afirma que seu projeto mira criminosos que atuam como “piratas” ou “ratos d’água” em rios, especialmente na Região Norte do Brasil.

O projeto precisa passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de ir ao plenário da Câmara. Para virar lei, a proposta precisa da aprovação de senadores e da sanção presidencial.

Além de mercadorias, drogas e armas transportadas pelos rios amazônicos estão no radar da pirataria. As quadrilhas de drogas e armas se enfrentam com regularidade, tentando (pasmem!)

***“Os bandidos armados atuam sempre em grupos, navegam em embarcações pequenas e velozes para facilitar a fuga e usam de extrema violência com a tripulação.”***

Saullo Vianna, Deputado Federal

---

roubar, umas das outras, carregamentos fluviais vindos da Colômbia, da Bolívia e do Peru. Especialistas dizem que drogas e armas, produtos nobres e de enorme valor agregado no mundo do crime, afastam parcelas dos piratas de ataques a outros tipos de mercadorias transportadas nos rios para cidades e populações ribeirinhas.



“Historicamente, o transporte aquaviário na Região Amazônica não tinha registro de roubos, mas esse cenário tem mudado nos últimos anos. Entre os fatores que explicam essa nova modalidade de crime, está o aumento da pobreza e do tráfico de drogas nos municípios ribeirinhos do estado do Amazonas”, acrescenta o executivo Cefas Rodrigues, representante do Sindicato das Empresas de Seguros Privados do Norte e Nordeste (Sindseg N/NE).

Para ele, outro fator que agravou a pirataria nos rios da região é o combate ao garimpo clandestino. Segundo informações dos segurados, a ação da polícia, inclusive confiscando e queimando balsas, tem levado garimpeiros a fazer, em represália, incursões violentas contra algumas embarcações cargueiras.

Segundo Rodrigues, no caso das seguradoras, os programas de gerenciamento de riscos, ao lado da logística das operações, ajudam a inibir a prática bem-sucedida dessas ações criminosas.

### ● ● ● PERDAS POR ATAQUES

O Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma-AM) fez um levantamento das perdas causadas por ataques de piratas de outubro de 2020 a dezembro de 2023. Apenas o item combustíveis — 7,7 milhões de litros subtraídos pelos piratas dos rios — gerou prejuízos da ordem de R\$ 48 milhões no período. Nesses 39 meses, os ataques subiram 105% na comparação com os incidentes de anos anteriores, avalia Madson Nóbrega, vice-presidente do Sindarma.

Nessa conta, informa ele, não estão incluídos outros prejuízos associados durante a abordagem dos piratas, como danos a equipamentos, cascos das embarcações e até vidas. O ano de 2022 é tido como o mais severo em termos de ataques: foram oito assaltos e roubo de três milhões de litros de combustíveis pelas quadrilhas para venda ilegal.

*“Entre os fatores que explicam essa nova modalidade de crime, está o aumento da pobreza e do tráfico de drogas nos municípios ribeirinhos do Estado do Amazonas”,*

Cefas Rodrigues, Sindseg N/NE

A escalada da violência obrigou as transportadoras a contratar escoltas privadas armadas para proteger seus comboios de balsas. Essa iniciativa provocou queda significativa, quase pela metade, nos roubos de combustível no ano seguinte, mas tornou comuns a troca de tiros nos rios amazônicos para barrar a tentativa dos piratas.

Olhando as dimensões do estado do Amazonas, há enormes desafios para vigiar, reprimir e punir os criminosos. Para começar, é o maior estado do Brasil em extensão territorial, com 1.559.167.878 quilômetros quadrados e 62 municípios, dos quais 80% têm acesso apenas pelos rios.

Vale lembrar que Manaus, a capital do estado, tem apenas duas rodovias federais: a BR-319, que liga o município do Careiro-Castanho a Porto Velho, em Rondônia, que há décadas se encontra em situação precária e intráfegável em boa parte do ano. A outra é a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista (RR), sendo a última fronteira brasileira do Norte do País.

Logo, em consequência da ausência de estradas, 99% das operações de movimentações de cargas do estado do Amazonas usam de alguma forma o rio como meio de deslocamento, seja para fazer a travessia das carretas entre Manaus e Rondônia, seja para efetivamente transportar a carga entre Manaus e seus municípios, explica Cefas Rodrigues.



### ROTA DE CALMARIA

O secretário executivo de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, coronel Algenor Teixeira Filho, enxerga um quadro de mais calma na incidência de roubos atualmente.

“Não estou dizendo que os piratas deixaram de existir, mas seguimos a mancha da criminalidade para reprimir as quadrilhas e dependemos muito das atualizações dos ataques pelas entidades empresariais. Os números que dispomos mostram que as ocorrências de pirataria estão em declínio para itens como combustíveis”, afirma o secretário.

Segundo Teixeira Filho, após a criação de quatro bases flutuantes da Polícia Militar do Amazonas nos rios da região, há hoje mais apreensão de drogas e armamentos do que de mercadorias procedentes de roubo nos rios. “Mas permanece a lenda de que esses roubos de mercadorias ainda são intensos, como de fato foi no passado”, afirma ele.

As bases flutuantes, que envolvem 240 militares — 60 em cada unidade —, estão localizadas em pontos estratégicos dos rios Negro, Solimões e Madeira, tornando-se um ponto de fiscalização de embarcações que passam nessas áreas. São feitas inspeções para verificar cargas, documentação e possíveis atividades criminosas.

As unidades, que custam R\$ 6 milhões por mês ao estado, são equipadas com lanchas blindadas e armamento pesado, além de contar com equi-

*“Não estou dizendo que os piratas deixaram de existir, mas os números mostram que as ocorrências de pirataria estão em declínio para itens como combustíveis, por exemplo.”*

Cel. Algenor Teixeira Filho, SSP-AM

pes integradas das Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, Marinha e Força Nacional. Coordenadas pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), essas bases também são apoiadas pelo Ministério da Justiça para suas operações integradas.

O presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz, confirma o recuo dos assaltos. “Neste ano, tivemos tentativas de roubo, mas nada foi concretizado. Esse cenário é resultado do avanço no compartilhamento de informações e da integração de dados de inteligência para o comba-

te assertivo dos crimes que ocorrem no transporte aquaviário na Região Norte do Brasil”, informa.

A implementação da segurança embarcada para transporte de combustíveis proporcionou uma redução significativa de assaltos nas hidrovias do Norte do Brasil em 2024. Um alívio e tanto, já que, nos últimos dois anos, segundo Kapaz, foram roubados quase quatro milhões de litros de gasolina e de diesel, gerando prejuízo de R\$ 100 milhões em assaltos ocorridos no Solimões e no Amazonas.

*“Neste ano, tivemos tentativas de roubo, mas nada foi concretizado. Esse cenário é resultado do avanço no compartilhamento de informações e na integração de dados de inteligência.”*

Emerson Kapaz, ICL

# O ROUBO DA TAÇA JULES RIMET: CAPÍTULO SOMBRIO DA HISTÓRIA DO FUTEBOL BRASILEIRO

*O troféu esculpido em 1928 e roubado em 19 de dezembro de 1983 na sede da CBF, no Centro do Rio, estava seguro por 18 milhões de cruzeiros.*

Criada em 1928 e esculpida pelo francês Abel Lafleur, a taça Jules Rimet foi encomendada por Jules Rimet, terceiro presidente da Fifa e, em 1946, recebeu esse nome em homenagem a seu idealizador. Destinada a premiar o campeão da Copa do Mundo de Futebol, a taça foi entregue pela primeira vez no torneio realizado no Uruguai, em 1930.

A cada quatro anos, a taça passava para o país vencedor, mas o primeiro a conquistar três títulos da Copa ficaria com o troféu permanentemente. Após as vitórias do Brasil em 1958 (Suécia) e 1962 (Chile), a seleção de 1970 — com craques como Pelé, Carlos Alberto Torres e Jairzinho — conquistou o título no México e trouxe a taça para o Brasil.

Em 19 de dezembro de 1983, o troféu foi roubado na sede da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), na Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro. Embora houvesse uma réplica do troféu, que custou 2 milhões de cruzeiros, o original estava exposto no dia do ocorrido. Giulite Coutinho, dirigente da CBF, declarou em entrevista ao Jornal do Brasil que, apesar de haver um vidro de proteção blindado, a vitrine apresentava uma fragilidade: estava apoiada em uma moldura de madeira.

Segundo matéria publicada no Jornal do Brasil depois do ocorrido, a taça Jules Rimet, segurada por 18 milhões de cruzeiros na Banerj-Seguros, teve uma recompensa de 5 milhões de cruzeiros oferecida àqueles que fornecessem pistas que levassem à sua recuperação.

Aquela não foi a primeira vez que a taça Jules Rimet foi roubada. Em 1966, durante o Mundial realizado na Inglaterra, o troféu desapareceu do primeiro andar do Westminster Central Hall, onde estava exposto. No entanto, ao contrário do caso brasileiro, o troféu foi encontrado por um cachorro que, ao revirar a terra de um jardim, localizou a peça enterrada.

O roubo da Jules Rimet não apenas representou um episódio sombrio da história do futebol, mas também destacou a importância do mercado segurador na proteção de bens de valor inestimável. Esse incidente funcionou como um alerta para organizações e instituições sobre a necessidade de um seguro eficaz, capaz de resguardar ativos valiosos e assegurar a preservação do patrimônio cultural e esportivo. Assim, o caso da taça exemplifica como o mercado segurador desempenha um papel essencial na mitigação de riscos e na proteção do legado esportivo.



Para acessar outras edições da *Revista de Seguros*, as versões digitalizadas estão disponíveis no site: [www.cedom.cnsseg.org.br](http://www.cedom.cnsseg.org.br).



# IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA MALHA FERROVIÁRIA NO SEGURO

*Meta do Ministério dos Transportes é elevar para 34% participação das ferrovias na matriz logística nacional, o que vai levar o seguro de carga a dobrar de tamanho.*

O mercado de seguros de carga de transporte ferroviário deverá dobrar de tamanho nos próximos anos, alavancado pelos investimentos do Governo Federal em projetos de modernização e expansão da malha férrea. Estão previstos recursos da ordem de R\$ 94 bilhões, a serem aplicados até 2026 por meio do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As informações são do Ministério dos Transportes, que criou uma secretaria especialmente para implementar o ambicioso projeto de ampliar os atuais 29,8 mil quilômetros de trilhos, o que inclui o estudo de viabilidade técnica e econômica de trechos pouco utilizados ou ociosos.

Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a ampliação da malha ferroviária do País soma 12 mil quilômetros de novos trilhos, em 19 unidades da federação. Encontram-se em análise requerimentos e autorizações para mais de 22 mil quilômetros de novas ferrovias, com investimentos previstos de R\$ 295 bilhões. De acordo com o PNL 2035, a participação do modal na matriz de transporte de cargas no País é de 21% de *share*. A meta no médio prazo é atingir 34%, atendendo ao aumento da deman-

da pelo transporte de carga geral, especialmente dos setores agrícola e de mineração.

Pela proposta do Governo, o setor ferroviário poderá transportar o dobro da carga movimentada até o fim da próxima década, atingindo 40% na matriz de transportes. Índice superior ao dos Estados Unidos da América (EUA), que é de 27%; sendo que a malha ferroviária norte-americana é a maior do mundo, com aproximadamente 293,56 mil quilômetros.

“O Brasil retomou os investimentos nesse processo de reconstrução de sua infraestrutura e, dentro desse cenário, a perspectiva é de crescimento econômico com eficiência”, afirma o secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro.

Segundo ele, no período entre 2016 e 2022, o custo logístico dos transportes aumentou, resultando em uma maior ineficiência logística do País. Mas, desde o ano passado, essa tendência de alta vem sendo invertida, com redução do custo logístico de 9,5% para 9,3% do PIB.

“Esse avanço na eficiência logística reforça a importância dos investimentos em infraestrutura, especialmente no setor ferroviário, no caminho para uma economia mais competitiva, com

geração de empregos e renda para a população”, analisa Ribeiro.

Hoje, o Brasil apresenta baixa densidade da malha em comparação a países de dimensões continentais, como Canadá (77,93 mil quilômetros), Índia (108,71 mil) e China (141,40 mil), e mesmo diante de seus pares na América Latina, como México (26,91 mil) e Argentina (18 mil).

***“O Brasil retomou os investimentos para a reconstrução de sua infraestrutura e, dentro desse cenário, a perspectiva é de crescimento econômico com eficiência.”***

Leonardo Ribeiro, Min. Transportes



## EXPANSÃO DO SEGURO

Marcos Siqueira, presidente da Comissão de Transporte da FenSeg, avalia que o aumento da extensão da linha férrea, com o consequente crescimento da participação do modal ferroviário na matriz de transportes, é fundamental para a expansão do mercado de seguro de carga. “A expectativa é que o seguro do transporte ferroviário de carga dobre de tamanho em termos de venda, inclusive com a participação de novos *players*”, garante.

Siqueira informa que a curva de ascendência no transporte ferroviário de carga já vem sendo refletida na performance do Seguro de Carga de Transporte Ferroviário RCTF-C. Segundo ele, somente nos primeiros sete meses deste ano, foram arrecadados R\$ 13,7 milhões em prêmios, volume 26,3% maior que o registrado em igual período de 2023. Neste mesmo ano fiscal, o montante em prêmios foi de R\$ 26,7 milhões, com crescimento de 18,8% em relação a 2022. As indenizações somaram R\$ 11,1 milhões, o que representou uma queda de 15,1% em comparação ao volume pago em 2022.

A movimentação de cargas em território brasileiro atingiu em 2023 seu mais alto nível no pe-

*“A expectativa é que o seguro do transporte ferroviário de carga dobre de tamanho em termos de venda, inclusive com a participação de novos players.”*

Marcus Siqueira, FenSeg

ríodo de cinco anos, com um total de 530,6 milhões de toneladas úteis transportadas por trens, conforme relatório da ANTF. De acordo com a agência, esse resultado representa o terceiro maior registrado na série histórica, ficando atrás apenas do recorde de 569,4 milhões de toneladas úteis, em 2018, e de 538,3 milhões, em 2017. Ainda segundo a entidade, entre 2006 e 2023, houve

um aumento de 64% no volume de carga transportado por ferrovias no País.

A dimensão e importância do modal ferroviário na logística brasileira é atestada pelos números da associação das companhias ferroviárias: mais de 91% do minério de ferro exportado chegou aos portos brasileiros por trilhos, e 42% dos grãos sólidos agrícolas que têm como destino outros países. No caso do açúcar e milho, esse índice chega a 51%; no caso do complexo de soja e farelo, o volume é de quase 35% do total exportado.

Apesar de o transporte de minério e carvão representar cerca de 67% da produção ferroviária, as ferrovias têm diversificado suas cargas transportadas. A movimentação de contêineres, por exemplo, vem crescendo. Segundo a ANTF, desde 1997 (ano da privatização das ferrovias) a movimentação de contêineres cresceu cerca de 165 vezes, com um aumento médio anual de 22,7% — destaque para o transporte de produtos da indústria siderúrgica, cimenteira e de construção civil. Na categoria carga geral, foram transportados no ano passado 148,6 milhões de toneladas úteis, maior volume para a categoria desde 2005, quando foram movimentados 149,6 milhões de toneladas úteis.



O relatório da ANTF demonstra que o setor vem registrando índices de crescimento desde o início das concessões: 170,5% em TKU, gerando um crescimento anual de 4,1%. Davi Barreto, diretor-executivo da ANTF, considera que os números revelam não só a recuperação do setor ferroviário de cargas, mas também seu potencial de expansão e resiliência.

“O aumento da produção ferroviária ocorre diante da busca constante por maior eficiência energética (3,33 litros de diesel por mil TKU em 2023) e maior segurança (IAF igual a 10,46 acidentes por milhão Trem x Km). Em 2023, a operação ferroviária de carga apresentou uma redução de 6,6% no número de acidentes, quando comparado a 2022”, diz ele.



### INICIATIVA PRIVADA

Do total dos investimentos na infraestrutura ferroviária, R\$ 88,2 bilhões (93%) virão da iniciativa privada. O Ministério dos Transportes revisou o aprimoramento dos contratos renovados com as concessionárias na gestão anterior.

*“O aumento da produção ferroviária ocorre diante da busca por mais eficiência energética e maior segurança. Em 2023, houve redução de 6,6% nos acidentes.”*

Davi Barreto, ANTT

Sob o comando da Infra S.A. estão sendo tocados os serviços de planejamento, estruturação de projetos, engenharia e inovação para o setor de transportes. Vinculada ao Ministério dos Transportes, a estatal é resultado da incor-

*“Dar competências à Sufer é um passo estratégico para fomentar o setor, em linha com iniciativas do Governo para promover um transporte mais eficiente e seguro.”*

Guilherme Theo Sampaio, ANTT

poração da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

No setor ferroviário, cabe à Superintendência de Transporte Ferroviário (Sufer) aprovar as au-

torizações dos investimentos obrigatórios previstos nos contratos de concessão ferroviária, assim como a fiscalização e a regulação do modal. A competência foi delegada à agência pela ANTT, para aumentar a agilidade e eficiência nos processos de análise e aprovação dos investimentos.

Anteriormente as decisões sobre investimentos privados eram de responsabilidade da Diretoria Colegiada da ANTT. O diretor da agência, Guilherme Theo Sampaio, observa que a delegação de competências à Sufer “é um passo estratégico para fomentar o setor ferroviário, alinhando-se às iniciativas do Governo Federal para promover um transporte mais eficiente, seguro e sustentável”.

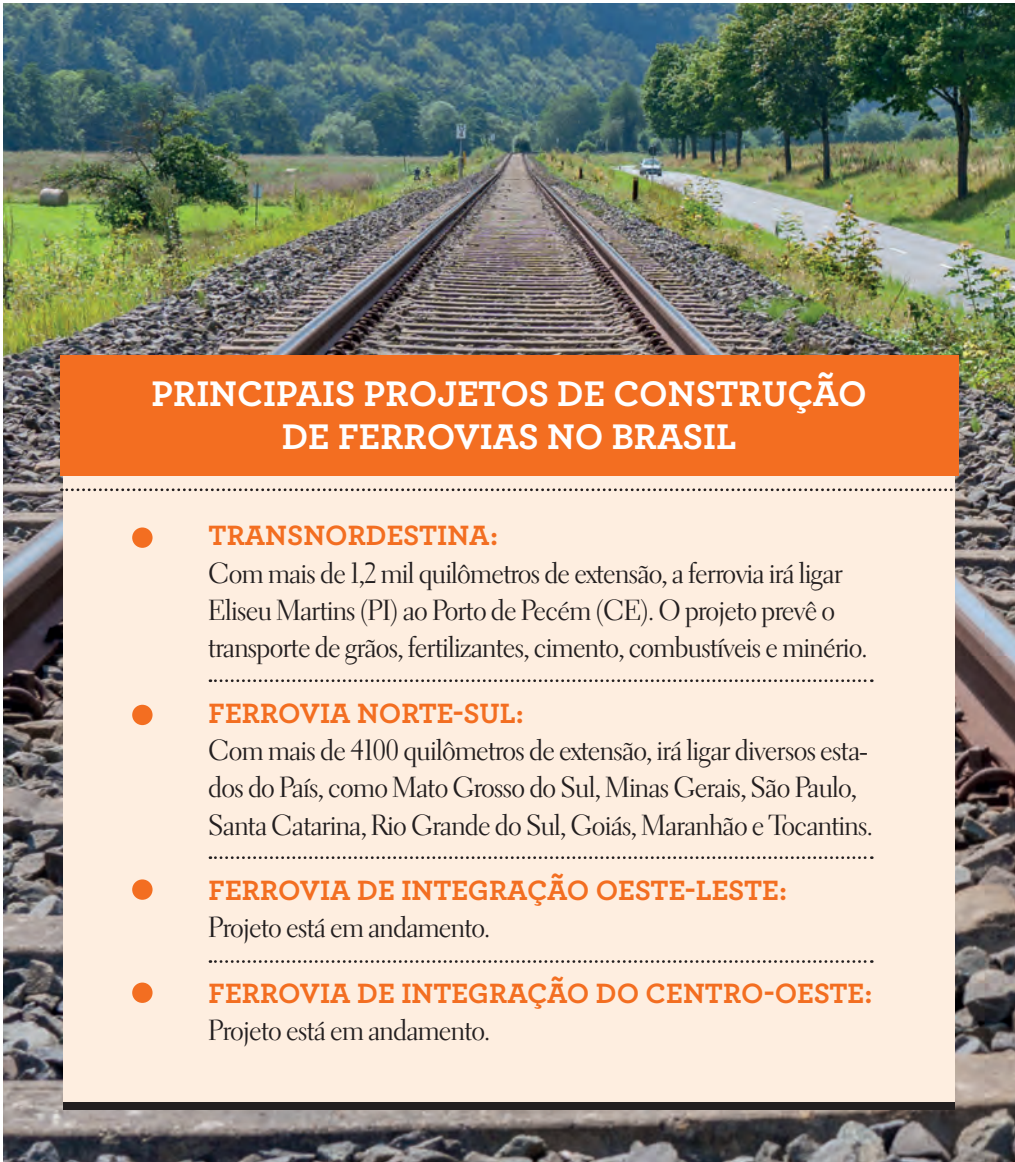
Segundo ele, espera-se com a delegação à Sufer, reduzir o tempo de tramitação e, consequentemente, acelerar a execução dos projetos de melhoria e expansão das ferrovias. “A mudança é especialmente importante no contexto atual, em que o setor ferroviário vem sendo apontado como uma alternativa eficiente e sustentável para o transporte de cargas no Brasil”, pondera.

● ● ●  
**CONCESSÃO**

Os investimentos obrigatórios contemplados nos contratos de concessão incluem a modernização da infraestrutura existente, a aquisição de novos equipamentos e a ampliação da capacidade das linhas ferroviárias, com impacto direto na competitividade do setor e no desenvolvimento econômico do País.

De acordo com a ANTT, dois terços da malha ferroviária nacional estão sendo reavaliados. Os requerimentos e autorizações para a construção de mais de 22 mil quilômetros de novas ferrovias preveem investimentos de R\$ 295 bilhões no desenvolvimento de projetos de concessões e relotações, além de estudos de viabilidade para trechos pouco utilizados ou ociosos.

A carteira de projetos ainda está em análise, mas deve incluir novos trechos das ferrovias: Fico (Integração do Centro-Oeste), Fiol (Integração Oeste-Leste) e Transnordestina, além da construção da EF-118 (Vitória-Rio). O projeto da Ferrogrão, que prevê a construção de 933 quilômetros de trilhos ligando Sinop (MT) ao porto paraense de Miritituba, também está em processo de revisão.



### PRINCIPAIS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE FERROVIAS NO BRASIL

- **TRANSNORDESTINA:**  
Com mais de 1,2 mil quilômetros de extensão, a ferrovia irá ligar Eliseu Martins (PI) ao Porto de Pecém (CE). O projeto prevê o transporte de grãos, fertilizantes, cimento, combustíveis e minério.
- **FERROVIA NORTE-SUL:**  
Com mais de 4100 quilômetros de extensão, irá ligar diversos estados do País, como Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Maranhão e Tocantins.
- **FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE:**  
Projeto está em andamento.
- **FERROVIA DE INTEGRAÇÃO DO CENTRO-OESTE:**  
Projeto está em andamento.

### OUTROS PROJETOS FERROVIÁRIOS EM ANDAMENTO

- Ferrovia Centro Atlântica (FCA)
- Rumo Malha Sul
- Rumo Malha Oeste
- EF-334 -FIOL II e FIOL III
- Ferrogrão – EF-170
- EF-118
- Ferrovia Tereza Cristina (FTC)

**MAPA DAS CONCESSÕES, BUSCAR AQUI:**  
[https://www.gov.br/antt/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/folder\\_institucional\\_2024.pdf](https://www.gov.br/antt/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/folder_institucional_2024.pdf)

---

# INOVAÇÃO REDEFINE O FUTURO DO MERCADO SEGURADOR NO PAÍS

*Estudo mostra que 71% das empresas planejaram aumentar os recursos destinados à inovação neste ano, projetando os investimentos em R\$ 18,7 bilhões, em 2024.*

---

O estudo "Investimentos em Inovação no mercado de seguros, saúde, previdência complementar aberta e capitalização no Brasil", lançado no último dia 5 de dezembro, analisa em profundidade como as empresas desses segmentos têm utilizado a inovação para alcançar maior eficiência, competitividade e diferenciação. A iniciativa, idealizada pela CNseg em parceria com a consultoria Capgemini, preenche uma lacuna significativa na compreensão do cenário de investimentos em inovação. Essa análise é particularmente importante no momento em que transformações tecnológicas moldam profundamente os mercados e exigem adaptação constante.

A pesquisa foi baseada em entrevistas com 24 executivos, representando 55 empresas, que, juntas, responderam por 55,1% da arrecadação do setor em 2023. A metodologia incluiu um questionário de 20 perguntas, abrangendo aspectos como áreas prioritárias para investimento, desafios enfrentados e expectativas para o futuro. O estudo identificou que, em 2023,

aproximadamente R\$ 8,8 bilhões foram destinados à inovação por essas empresas, o que equivale a 2,4% da receita anual. Quando extrapolado para todo o setor, estima-se que os investimentos em inovação tenham ultrapassado R\$ 16 bilhões no ano passado.

As expectativas para o fechamento de 2024 são ainda mais promissoras. Segundo os entrevistados, 71% das empresas planejaram aumentar os recursos destinados à inovação neste ano. Com isso, os investimentos projetados devem alcançar R\$ 18,7 bilhões, ou 2,5% da arrecadação total do setor. Esse crescimento reflete o compromisso das organizações em se adaptarem às novas exigências do mercado e em adotarem tecnologias avançadas para impulsionar sua transformação digital.

O estudo detalha ainda o comportamento dos investimentos por porte, origem do capital e perfil corporativo das empresas. Entre as companhias do segmento S1 definido pela Susep e as de grande porte, segundo os critérios da ANS, 50% investiram entre 1% e 2% da receita em 2023, e esse percentual deve aumentar para 67% em 2024.

No segmento S2 (e médio pela ANS), 40% das empresas alocaram até 1% da receita para inovação no último ano, com uma migração gradual para faixas de investimentos superiores em 2024. Já no segmento S3 (e pequeno porte pela ANS), as maiores concentrações em 2023 ocorreram na faixa de até 1% da receita (38%), mas os dados indicam maior dispersão nos valores planejados para o próximo ano, refletindo as diferentes estratégias adotadas por essas empresas."

A origem do capital também influencia o perfil de investimento. Empresas de capital nacional demonstraram maior propensão a investir percentuais mais elevados de sua receita em inovação, especialmente em comparação com aquelas de capital estrangeiro. Em 2023, enquanto 40% das estrangeiras investiram até 1%, entre as nacionais houve uma maior distribuição em faixas superiores, com 29% alocando de 1% a 2% e outros 29% destinando entre 2% e 3%. Em 2024, espera-se que essa diferença se mantenha, com empresas nacionais liderando os investimentos mais robustos.

Quando analisadas pelo perfil corporativo, as seguradoras ligadas a conglomerados financeiros



ros mostraram maior consistência e volume em seus aportes para inovação do que as seguradoras independentes. Em 2023, 43% das seguradoras de conglomerados financeiros investiram entre 1% e 2% da receita em inovação, e 29% direcionaram de 2% a 3%. Para 2024, 57% dessas empresas planejaram alocar de 1% a 2%, enquanto 29% manterão investimentos na faixa de 2% a 3%. Já entre as seguradoras independentes, os números são menos uniformes: 24% projetaram investir até 1% em 2024, enquanto outros 24% destinariam de 2% a 3%.

Outro aspecto relevante examinado pela pesquisa foi o impacto da regulação sobre a inovação no setor. Medidas como o Sandbox Regulatório da Susep têm incentivado empresas a explorar novas soluções. A ANS, por sua vez, estuda implementar mecanismos semelhantes para o setor de Saúde Suplementar. Apesar desses avanços, 10% dos entrevistados apontaram a regulação como um entrave à inovação, embora 30% tenham identificado a dependência de sistemas legados como o principal obstáculo.

Os investimentos realizados em inovação têm sido distribuídos de forma equilibrada entre produtos e serviços, processos e infraestrutura tecnológica. A gestão da distribuição se destacou como uma área prioritária, com iniciativas como portais para desenvolvo-

**Apesar dos avanços, 10% dos entrevistados apontaram a regulação como entrave à inovação, embora 30% tenham identificado a dependência de sistemas legados como o principal obstáculo.**

res, estratégias *plug-and-play*, ferramentas no *code/low code*, autosserviço digital e inteligência artificial generativa para suporte a corretores. Esses avanços reforçam a transformação digital e a modernização das interações com clientes e parceiros.

O futuro da inovação nesses mercados é marcado por otimismo. As empresas reconhecem que a transformação digital é essencial para a sobrevivência e a competitividade e estão ampliando seus investimentos em tecnologias avançadas, como inteligência artificial, *analytics* e automação. A relação com os canais de venda também tem evoluído, fortalecendo a integração entre tecnologia e experiência do cliente.

Em síntese, o estudo destaca um mercado em transformação, em que a inovação deixou de ser uma escolha estratégica e se tornou uma necessidade. As empresas estão cada vez mais conscientes da importância de investir em soluções tecnológicas para melhorar sua eficiência operacional, fortalecer a experiência do cliente e garantir seu crescimento sustentável.

# MARCO REGULATÓRIO TRAZ NOVO CÓDIGO DE CONDUTA PARA O MERCADO

*Projeto sancionado em novembro último dá prazo de um ano para que as seguradoras ajustem os contratos de seguros.*

Um novo código de conduta estreia no mercado segurador no final de novembro de 2025, quando completará um ano do prazo de ajustes dos contratos de seguros exigidos após a aprovação do Congresso e sanção presidencial do PL 2597/2024. O chamado Marco Legal de Seguros, aprovado em novembro deste ano, trata de princípios, regras, carências, prazos, prescrição e normas específicas para seguro individual ou coletivo e outros temas relacionados ao seguro privado.

O marco substituirá o capítulo do Código Civil dedicado ao seguro e às normas do decreto-lei 73/66. Em consequência, introduz mudanças profundas no modelo de negócio, gera um novo ponto de equilíbrio na relação entre consumidores e seguradoras e é visto como um pilar para a expansão do mercado.

Relator do projeto na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) comemora a aprovação do marco de seguros, que integra a "agenda silenciosa de reformas microeconômicas". "É uma política do ganha-ganha. Com essas alterações, ganham a sociedade e o setor de seguros, e isso é positivo para a retomada do crescimento econô-

***"É uma política do ganha-ganha. Com essas alterações, ganham a sociedade e o setor de seguros, e isso é positivo para a retomada do crescimento econômico brasileiro."***

Reginaldo Lopes, Deputado Federal

mico brasileiro", declarou ele, para quem a nova legislação se converte em um indutor de forte expansão do setor, abrindo trilhas para aumentar sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) dos atuais 6% para 10% até 2030.

O projeto foi bem recebido pelo mercado, porque sua tramitação foi precedida de um diálogo intenso entre seguradoras, corretoras, re-

presentantes do Governo, entidades de defesa do consumidor e órgão regulador, permitindo a confecção de um texto equilibrado, afirma o diretor de Relações Institucionais da CNseg, Esteves Colnago.

Ele concorda que as inovações introduzidas pela nova legislação vão contribuir para a expansão da atividade de seguros, amadurecendo a relação com consumidores, tendo em vista a maior clareza de deveres e direitos entre as partes, além da segurança jurídica trazida pelo marco regulatório. "Essa legislação, fruto de acordo com o setor segurador, fortalece o segurado e redobra a atenção e o rigor das seguradoras na oferta de seus produtos", destacou.

## DIVISOR DE ÁGUAS

A diretora jurídica da CNseg, Glaucete Carvalho, classifica o Marco Legal de Seguros como um divisor de águas. Ela diz que a nova legislação faz o mercado segurador do País dispor de um microsistema jurídico que o torna mais bem estruturado e dá maior clareza e previsibilidade ao negócio, além de favorecer uma interlocução mais assertiva entre consumidores e seguradoras.

***"Essa legislação, fruto de acordo com o setor segurador, fortalece o segurado e redobra a atenção e o rigor das seguradoras na oferta de seus produtos."***

Esteves Colnago, CNseg



"É preciso destacar ainda que a nova legislação coloca o Brasil na lista de países que têm um código específico para o mercado de seguros, como ocorre na Itália, na França, em Portugal, na Espanha, na Argentina e no Chile, por exemplo", destaca.

Para Glauce, isso ratifica o papel fundamental do setor na proteção da sociedade, assegurando a perenidade e abrangência de suas operações. Hoje, o setor representa 6,1% do PIB e quer alcançar para uma participação de 10% em 2030. "Essa lei é uma contribuição importante para equilibrar seus pares e estimular a oferta de novos produtos e prazos céleres para o cumprimento das obrigações.", diz.

Os dois diretores reconhecem que o novo normativo cria desafios para as seguradoras ao exigir que os riscos excluídos devem ser descritos de forma a não deixar dúvidas nos contratos. Havendo divergência entre a garantia delimitada no contrato e a prevista no modelo de contrato ou nas notas técnicas, prevalecerá o texto mais favorável ao segurado.

Entre as inovações, Glauce Carvalho destaca o novo prazo máximo de 25 dias para a seguradora recusar a aceitação do seguro, independen-

***"Essa lei é uma contribuição importante para equilibrar seus pares e estimular a oferta de novos produtos e prazos céleres para o cumprimento das obrigações."***

Glauce Carvalho, CNseg

temente da modalidade. Já a purgação da mora não poderá ocorrer em prazo inferior a 15 dias.

Há também nova regra e prazo para a regulação: de 30 dias para sinistros de seguros massificados e de grandes riscos, admitindo-se ao regulador estabelecer a extensão desse prazo para até 120 dias para tipos de seguro em que a verificação da existência de cobertura impli-

que maior complexidade na apuração. Reconhecida a cobertura, a seguradora terá o prazo máximo de 30 dias para pagar a indenização ou o capital estipulado, em seguros massificados e de grandes riscos, admitindo-se igualmente ao regulador estabelecer a extensão desse prazo para até 120 dias para os tipos de seguro em que a liquidação dos valores devidos implique maior complexidade na apuração.

Foi suprimida a necessidade de aprovação prévia da Susep de produtos para início da comercialização, assim como a exigência de autorização prévia de segurados e beneficiários para a cessão de carteira do seguro, a realização da regulação e da liquidação do sinistro exclusivamente pela seguradora, e a aplicação subsidiária da lei de seguros aos planos de saúde.

"Uma nova lei, como é natural, exigirá estudo, análise e interpretação para sua correta aplicação, diálogo entre os diferentes atores sociais e profundo sentido de cooperação, para que possamos concretizar os melhores resultados para toda a sociedade, consolidando a solvência, a sustentabilidade e a perenidade para o setor de seguros em prol da sociedade brasileira", declara Glauce.

# ONDA DE ATAQUES DIGITAIS REFORÇA IMPORTÂNCIA DO SEGURO CIBERNÉTICO

*A procura por esse tipo de proteção cresceu 880% nos últimos cinco anos, com o volume de prêmios saltando de R\$ 20,7 milhões para R\$ 203,3 milhões.*

● ● ● O inimigo age nas sombras e, sorrateiro, causa prejuízos em escala global que devem chegar a US\$ 12 trilhões no próximo ano. Em tempos de hiperconexão digital, os crimes cibernéticos são uma das maiores fontes de preocupação para bancos, empresas e órgãos públicos. O risco de falhas na segurança, que abrem brecha para violação da rede de dados, tira o sono de CEOs, presidentes e executivos de Tecnologia da Informação (TI) mundo afora. Por outro lado, o cenário atípa o mercado de seguros.

As apólices de Riscos Cibernéticos ganham destaque em meio a uma onda sem precedente de ataques digitais, e a procura por proteção cresceu 880% nos últimos cinco anos: os prêmios passaram de R\$ 20,7 milhões em 2019 para R\$ 203,3 milhões, em 2023. Na comparação com o ano anterior, o aumento foi de 17,1%. Agora, o cenário se repete: os prêmios somaram R\$ 144 milhões de janeiro a agosto — 5,6% acima do mesmo período do ano passado. Já as indenizações totalizaram R\$ 25 milhões nos oito primeiros meses do ano.

Perdas decorrentes de crimes cibernéticos não são mais uma questão de “se” irão acontecer — e, sim, “quando”. No ano passado, o Brasil figurou como o terceiro principal alvo de ataques de *ransomware*, uma das violações mais comuns, que consiste em sequestrar dados ou dispositivos de uma vítima, bloqueando-os até o pagamento de resgate. Na mesma linha de ação, despontam crimes como



phishing (induzir o usuário a fornecer informações confidenciais, como senhas e dados financeiros, por meio de mensagens fraudulentas ou sites falsos) e *spoofing* (adulterar informações, identidades ou origens de dados para enganar sistemas e obter acesso indevido).

As empresas precisam responder de forma adequada aos ataques para minorar os impactos de suas operações junto aos clientes. Segundo o professor Gustavo León, coordenador acadêmico da Escola de Negócios e Seguros (ENS), o cenário exige uma política eficaz de governança e mitigação de riscos.

“A segurança cibernética demanda a análise do negócio, das ferramentas, dos procedimentos e dos dados. É preciso estabelecer medidas concretas de gestão de risco, com responsabilidades, atribui-

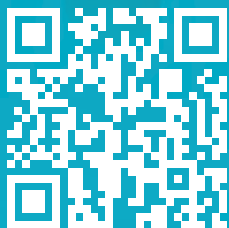
ções, planos e atualizações. Há medidas mais caras e mais baratas, mais rápidas e mais demoradas, conforme o caso. O Brasil iniciou esta jornada e caminha bem, mas precisa de mais esforços para fazer frente aos desafios cibernéticos”, alerta.

A consciência do risco, segundo León, cresce também por conta dos avanços regulatórios. Ele cita, em especial, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o Marco Civil da Internet e a General Data Protection Regulation (GDPR) — uma legislação criada no âmbito da União Europeia que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais. Outro fator que contribui para o crescimento da demanda por seguros nessa área são as novas tecnologias, como Inteligência Artificial (IA), *Machine Learning* e Internet das Coisas (IoT).

# Uma jornada inovadora tem início e meio, mas nunca um fim.

Estude na Escola de Negócios e Seguros, a maior instituição de ensino especializada em Seguros da América Latina.

- GRADUAÇÃO
- PÓS-GRADUAÇÃO
- MBA
- IMERSÕES INTERNACIONAIS
- CERTIFICAÇÕES AVANÇADAS
- E MUITO MAIS!



CONHEÇA MAIS  
SOBRE A ENS EM:  
**ens.edu.br**  
**0800 025 3322**

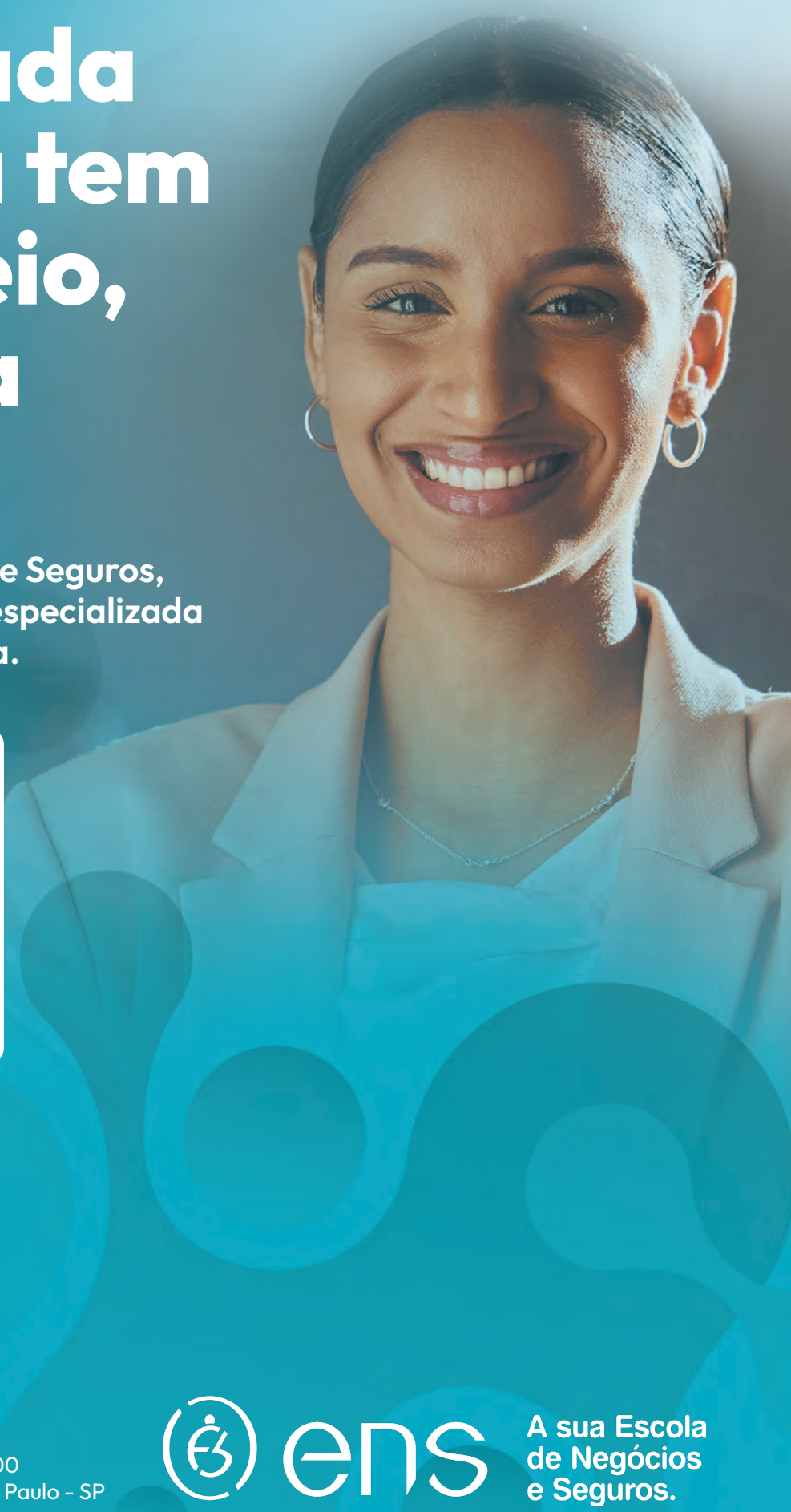
## NOSSAS UNIDADES

**Rio de Janeiro**  
Rua Senador Dantas, 74  
Centro, Rio de Janeiro - RJ

**São Paulo**  
Rua Augusta, 1600  
Consolação, São Paulo - SP



A sua Escola  
de Negócios  
e Seguros.





## NOTÍCIAS DO SEGURO

### O essencial do mercado em um só lugar.

Desvende o universo do mercado segurador com o portal Notícias do Seguro.

Explore informações exclusivas, tendências e insights que moldam o setor.

Notícias do Seguro, sua fonte confiável de conhecimento - sempre atualizada.

[noticiasdoseguro.org.br](http://noticiasdoseguro.org.br)

